



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DEPARTAMENTO *CAMPUS* CARAUBAS

CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

SAULO SÉRVULO DE QUEIROZ MEDEIROS

**IMPACTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL COMO FORMA
DE INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CARAÚBAS**

Caraúbas – RN

2015

SAULO SÉRVULO DE QUEIROZ MEDEIROS

**IMPACTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL COMO FORMA
DE INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CARAÚBAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal Rural
do Semi-Árido (UFERSA), como exigência
final para obtenção do título de bacharel
em ciências e tecnologia.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Carlos Aires de
Macêdo

Caraúbas – RN

2015

© Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Campus Caraúbas (BCC)

Setor de Informação e Referência

M488i Medeiros, Saulo Sérvulo de Queiroz.

Impacto das ações do programa de inclusão digital como forma de inclusão social na cidade de Caraúbas/ Saulo Sérvulo de Queiroz Medeiros -- Caraúbas, 2015.

62f.: il.

Orientador: Prof. Me. Luis Carlos Aires de Macêdo

Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

1. Tecnologia educacional - Inclusão. 2. Inclusão digital. 3. Tecnologia da informação. I. Título.

RN/UFERSA/BCC

CDD: 370

Bibliotecário: Eugênio Pacelli Ferreira da Costa

CRB-15/658

SAULO SÉRVULO DE QUEIROZ MEDEIROS

**IMPACTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL COMO FORMA
DE INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CARAÚBAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal Rural
do Semi-Árido (UFERSA), como exigência
final para obtenção do título de bacharel
em ciências e tecnologia.

APROVADO EM 02/02/2015

BANCA EXAMINADORA

[Redacted Signature]

Prof. Ms. Luiz Carlos Aires de Macêdo - UFERSA
Orientador – Presidente

[Redacted Signature]

Prof. Ms. Sâmia Lorena Medeiros Confessor - UFERSA
Primeiro Membro

[Redacted Signature]

Profa. Ms. Paulo Henrique Araújo Bezerra - UFERSA
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por me dar forças para seguir a minha caminhada todos os dias, sem que eu me desvie para caminhos que me levem ao fracasso, e por proporcionar tantos momentos de felicidade em minha vida.

Em seguida a minha mãe Ivaneide Dias e meu pai Ubirajara Garcia, que nunca mediram esforços para que esse e outros momentos se realizassem sempre me apoiando e fortalecendo nas horas difíceis.

E a minhas avós, Elidia Dias (*in memorian*) e Rita Maria (*in memorian*), que sempre me serviram de inspiração de como conseguir alguma coisa na vida com muito trabalho e esforço próprio, sem esperar pelos outros.

Aos meus avôs, Maurilio Queiroz e Manoel Garcia, que sempre me ensinaram a correr atrás dos meus sonhos, que com muito esforço no fim eu teria a minha recompensa.

Depois ao meu irmão Sérvulo Sávio, que sempre está ao meu lado me apoiando em todos os momentos da minha vida. Me emprestando material escolar, roupa, dinheiro e etc.

A minha segunda família, Seu Raimundo e Dona Roza, e meus irmãos e irmã de criação Regivaldo (Valdo), Reginaldo (Naldo), Rozilene (Nenem), Rosália, Keida e Neide minha segunda mãe.

A todos os colegas do PROEXT, em especial a Jefferson (Chico Fera), Leocádio, Natália, Valéria (A incompetente), Deborah e Luana que “me ajudaram nas pesquisas”.

Ao meu orientador Luiz Carlos Aires de Macêdo, pelo incentivo, dedicação e comprometimento com a elaboração deste trabalho, que estava sempre disponível para oferecer sua ajuda na elaboração e correção.

A minha família aqui de Caraúbas, Felipe, Hernane, Eliaque, Sávio e Bruna, que dividem alegrias e tristezas durante toda a semana. Também aos infiltrados João Neto e Mayson que fazem quase parte da família.

As Monas do Ap. 04, Monalisa Regalado e Monallisa Holanda, que sempre me socorreram quando estava sem conteúdo para estudar pras provas.

A minha confidente Amanda, que sempre segurava a onda quando eu estava com problemas e era minha principal parceira nos estudos pra Ética, e seu irmão Arnaldo que me tirava dos estudos pra ir farrear.

Aos meus amigos do grupo de estudo que viu muitos dias o sol nascer na varanda da casa de Fâmela. Alice, Jurgen, Mychael, Alef, Giovanni, Madson, Adriana, Fernanda, Crys e Sonally.

Aos meninos que só tive o privilégio de conhecer período passado, Lucas (Céara), Lucas (Paulista), Lucas Bacatela, Layon, Ediglê (ZanZan) e Luiz.

Aos meus amigos de longas datas Eduardo Dantas (*in memorian*), Eliabe, Endson, Jaenison, João Vitor, Dery, Jonielio, Raunir, Lucas, Mateus, Wesley e Lucidio que sempre estiveram comigo.

Aos amigos que fiz aqui em Caraúbas, Flavia, Angelica, Sanzia, Hysla, Gaby, Mara, Lorena, Natalia, Rudavia, Luana e Vitória, a galera dos “ixxxtourados”.

Por fim, a galera dos momentos de descontração, Michael (Capotada), Bigode, Costa Junior, Heitor (Burrego) e Giltemir, Bruno (Caixa D’água).

A minha mãe Ivaneide Dias, que mesmo com todas as barreiras impostas pela sociedade que escraviza as pessoas e as impede de crescer, conseguiu romper as estatísticas, e mudar a realidade de seu filho, através dos estudos, de um simples menino, para torna- um Bacharel em Ciência e Tecnologia. E com a graça de Deus futuramente um engenheiro civil.

DEDICO

Filho, se desejas a sabedoria, pratica a justiça e Deus a concederá.

Pois a sabedoria e instrução é o temor do Senhor, o que lhe agrada é a fé e a mansidão.

Não sejas rebelde ao temor do Senhor, e não te aproximes dele com o coração dividido.

Não sejas hipócrita diante dos outros e toma cuidado com os teus lábios.

Não te exaltes a ti mesmo, para que não venhas a cair e não atraias sobre ti a desonra.

(Eclo. 1,26-30)

RESUMO

Neste trabalho, apresentará os resultados do “Projeto de Inclusão Digital como forma de Inclusão Social na Cidade de Caraúbas-RN” desenvolvido por bolsistas da UFERSA – Campus Caraúbas. Assim, inicia-se este trabalho com uma pesquisa de cunho bibliográfica sobre a temática da educação digital e sua importância nos dias de hoje usando como base De Luca (2004), Moran (1998), realizou-se uma pesquisa com os alunos beneficiados pelo projeto para identificarmos as principais mudanças proporcionadas a eles através do curso de informática ofertado pelo projeto para então concluirmos e atingir nosso objetivo neste trabalho que é apresentar dados qualitativos da melhoria na realidade de vida das pessoas beneficiadas.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Inclusão Social; Uso das TIC's.

ABSTRACT

This work present the results of the "Digital Inclusion Project as a means of social inclusion in Caraúbas-RN City" developed by scholars of UFERSA - Campus Caraúbas. So, we started this work with research of bibliographical on the topic of digital education and its importance today using as base De Luca (2004), Moran (1998), we conducted a survey with students benefited from the project to identify the main changes offered the them through the computer course offered by the project to then conclude and reach our goal in this work is to present qualitative data from improvement in the reality of life benefit.

Keywords: Digital Inclusion; Social Inclusion; Use of ICTs.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos participantes.	52
Gráfico 2 – Ocupação Atual dos Ex-alunos.....	53
Gráfico 3 – Já possuem alguma experiência ou curso de informática.	54
Gráfico 4 – O que os levou a buscar o curso..	55
Gráfico 5 – Existência de um laboratório de Informática.	56
Gráfico 6 – Utilização da informática no trabalho.....	56
Gráfico 7 – Satisfação com o curso.....	57
Gráfico 8 – Problemas que dificultaram no avanço da turma.	58
Gráfico 9 – Influência do curso para a atuação na vida profissional e pessoal.	59
Gráfico 10 – Avaliação do processo de aprendizagem no curso.....	60
Gráfico 11 – Pontos positivos do curso adquiridos no cotidiano...	61
Gráfico 12 – Futuras mudanças ocasionadas pelo curso de inclusão digital.	62
Gráfico 13 – Perspectiva em relação ao mercado de trabalho.....	63
Gráfico 14 – Melhoria em relação aos estudos.	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Laboratórios com computadores existentes na cidade de Caraúbas-RN.	44
Tabela 2 – Laboratórios com computadores existentes nas Escolas.	44
Tabela 3 – Alunos matriculados nas escolas do município de Caraúbas-RN.	46
Tabela 4 – Média de pessoas por computador.	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento da Zona Urbana.....	42
Figura 2 – Mapeamento da Zona Rural.....	43

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	18
SOCIEDADE: CONCEITO E IMPORTÂNCIA	18
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	19
IMPORTÂNCIA DE UM CIDADÃO DOMINAR A TECNOLOGIA	21
EXCLUSÃO DIGITAL	22
INCLUSÃO DIGITAL	25
CAPÍTULO II	28
PROGRAMAS SOCIAIS DE INCLUSÃO DIGITAL: IMPORTÂNCIA, EXEMPLOS E BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE	28
PROBLEMAS COM OS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL	34
PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL COMO FORMA DE INCLUSÃO DIGITAL NA CIDADE DE CARAÚBAS	36
CAPÍTULO III	38
IMPORTÂNCIA DA PESQUISA SOCIAL DE FORMA QUALITATIVA	38
PESQUISA REALIZADA NO PROGRAMA EDUCAÇÃO DIGITAL 2013	41
CAPÍTULO IV	48
METODOLOGIA DA PESQUISA	48
CAPÍTULO V	51
ESTUDO DE CASO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

APRESENTAÇÃO

É de fundamental importância o estudo sobre a inclusão digital suas possibilidades e os desafios presentes para sua efetivação. Para compreender a necessidade de ampliar o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC`s) se faz necessário considerar os aspectos social e econômico que geram desigualdades entre as pessoas nos diversos campos, não apenas nas esferas econômica e social, mas elas são presentes em todos os setores que se relacionam com o desenvolvimento humano. Com este trabalho não se tem a pretensão de exaurir a discussão, mas, propor uma reflexão a cerca das contradições sociais em relação às oportunidades de acesso aos diversos meios de conhecimento, como também apresentar uma visão panorâmica dos programas de inclusão digital de iniciativa pública.

Portanto, foi realizado um estudo no Município de Caraúbas RN, com o intuito de investigar o impacto do Programa de Inclusão Digital PROEXT 2013, na vida Social dos alunos que foram beneficiados procurando identificar os avanços na vida pessoal e ou profissional a partir do conhecimento sobre o uso da informática, sendo a melhoria na qualidade de vida a partir da inclusão digital uma das metas do programa de extensão Educação Digital como Forma de Inclusão Social na Cidade de Caraúbas-RN.

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro aponta um elevado índice de pessoas excluídas digitalmente, segundo dados publicados no Mapa da Exclusão Digital no Brasil, realizado no ano de 2001, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (VARGAS, 2003), aponta que 12,46% da população brasileira dispunham de computador em seus domicílios e menos de 8,31% com acesso a Internet. As pessoas pertencentes às classes sociais menos favorecidas são as que mais são atingidas, o que tem como agravante a falta de políticas públicas de inclusão digital e a escassez de projetos implantados para esses fins, além da má execução dos poucos existentes.

O acesso às tecnologias de informação e comunicação faz, parte dos direitos básicos do cidadão para que o mesmo possa exercer plenamente sua liberdade de expressão, nessa perspectiva é imprescindível que as TIC's se constituam em ferramentas contributivas para o desenvolvimento sócio econômico, intelectual e cultural do ser humano.

No município de Caraúbas - RN, o problema de exclusão digital ainda é mais agravante, por não fazer parte da pauta de prioridades pelos gestores escolares e pelos gestores públicos do município. Diante deste cenário que surgiu a necessidade da criação de um projeto de Inclusão Digital com o objetivo de desenvolver uma política pública de inclusão digital no município. A princípio foi realizada uma pesquisa pela equipe do PROEXT para conhecer a realidade das escolas caraubense em relação as TIC's na qual foi constatada que , das 27 escolas, apenas 11 possuem equipamentos de informática e em 8 delas precisavam de manutenção nas máquinas, ou seja, apenas 4 escolas estavam com as máquinas funcionando em perfeito estado. (PROEXT 2013).

O PROEXT 2013 foi criado com uma proposta de tentar mudar essa realidade, buscando a criação de uma política publica de inclusão digital no município, criar um espaço comunitário para a educação digital e mantê-lo aberto a comunidade, capacitar alunos e professores, capacitar multiplicadores, contribuir com o conhecimento científico através de publicações, etc.

Essa proposta pretende investigar o impacto do Programa de Inclusão Digital na vida social dos alunos que foram beneficiados e como eles se apropriaram da tecnologia para seu uso no dia-a-dia, tendo em vista que esse ponto é uma das metas do programa de extensão Educação Digital como Forma de Inclusão Social

na Cidade de Caraúbas-RN. Tem como propósito também demonstrar a importância da inclusão digital no processo de crescimento tanto educacional como social. Com esse intuito o trabalho é subdividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo consiste em conceituar sociedade descrever sua importância na vida do ser humano tanto no aspecto individual quanto no coletivo. Neste primeiro momento discorreremos também sobre a sociedade da Informação, a importância de um cidadão, o domínio das tecnologias e sua relevância no atual contexto, sem perder de vista as distorções que permeiam os modelos de inclusão versus exclusão digital em nossa sociedade.

O segundo capítulo trata sobre Os programas sociais de inclusão digital enfatizando sua importância, exemplificando e enumerando os benefícios para a sociedade, procuramos também detectar problemas presentes na excursão dos projetos de Inclusão Digital que interfere em uma ação mais efetiva e significativa para os beneficiários.

No terceiro capítulo traz uma abordagem sucinta sobre a importância da pesquisa social qualitativa, enfatizando sua importância para melhor compreender os fenômenos sociais uma vez que os mesmos podem ser analisados no contexto em que ocorre numa perspectiva integrada. O mesmo também contém uma pesquisa realizada no Programa Educação Digital 2013, para saber como os beneficiados do programa avaliam a intervenção do mesmo em suas vidas.

No quarto capítulo trata da metodologia utilizada para realização da pesquisa, a qual se deu em duas etapas a saber: a) pesquisa bibliográfica sobre a inclusão e exclusão digital e os efeitos na vida das pessoas; b) aplicação de questionários com os alunos beneficiados do projeto para conhecer a realidade sócio econômica em que estão inseridos.

O quinto e último capítulo é composto por um estudo de caso no qual foi feito um levantamento por amostragem com os alunos do Projeto de educação Digital, a partir de questionário visando analisar a eficácia do programa, encontra-se também nesse capítulo o processamento e a análise dos dados e as considerações finais do trabalho.

CAPITULO I

SOCIEDADE: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Não existe uma única maneira para definir sociedade, sua definição varia de acordo com o contexto histórico e as concepções sociológicas. O conceito de sociedade sofreu diversas modificações no seu significado desde o começo de seu uso.

Para Thomas Hobbes (1588-1679), “a sociedade civil nasce com a constituição de um poder comum, capaz de assegurar aos homens bens como a paz, a liberdade, a propriedade e a segurança. Assim, ele identifica a sociedade civil como o Estado e a Política”.

Já o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) atribui um novo significado para a sociedade civil, em que defende que “a sociedade civil é palco de conflitos permanentes, de usurpações e de exploração; ainda não é uma sociedade política”.

Só a partir do século XIX é que a ideia de sociedade civil é tida como um espaço distinto do estado, baseada em pensamentos de filósofos da época como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883). Que em seu uso moderno, significa a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais que se desenvolvem por fora das relações de Estado. Nessa perspectiva (Costa, 2005 p.44-45) salienta que:

Em relação à vida social, os filósofos da Ilustração procuravam entender a sociedade como um organismo vivo, ou seja, composto de partes interdependentes, cada uma delas com suas características e necessidades – a agricultura, a indústria, a cidade, o campo. Desse exercício de discernimento resultou também a compreensão de diferentes instâncias da vida social – as relações políticas, jurídicas e sociais.

Compreende-se assim, a sociedade civil como um conjunto de pessoas que compartilham de propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. A sociedade também pode ser vista como um grupo de pessoas com semelhanças étnicas, culturais, políticas e/ou religiosas ou mesmo pessoas com um objetivo comum.

Com isso temos da sociedade, sujeitos partilhando culturas e acumulando experiências positivas e/ou negativas ao longo de sua vida, nas diferentes dimensões da vida em comunidade.

De acordo com TOMAZI apud FELIPPI FILHO (2013),

Cada indivíduo, ao fazer parte de uma sociedade, insere-se em múltiplos grupos e instituições que se entrecruzam, como a família, a escola e a Igreja. E, assim, o fio da meada parece interminável porque forma uma complexa rede de relações que permeiam o cotidiano. Ainda que cada sujeito tenha sua individualidade, esta se constrói no contexto das relações sociais com os diferentes grupos e instituições dos quais ele participa, tendo por isso experiências semelhantes ou diferentes das de outras pessoas

Portanto, desde o início da civilização o homem necessitou da vivência em grupo, formando assim a sociedade. Cada sociedade traz consigo em sua bagagem histórica um grande potencial intelectual e criativo de cada povo. Com o aumento e a interação desses grupos sociais permitiu-se, que houvesse desenvolvimento de projetos, pesquisas, tecnologias, alternativas de vida social e de produção que visa à união as pessoas numa teia amigável de troca de saberes, de aprendizagens, de atitudes, de melhoramento da vida das pessoas num movimento dialético da aldeia global.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Segundo Lemos (2005), a chamada “sociedade da informação”, é a sociedade contemporânea que recebe esta denominação pela expansão tecnológica que teve início nos anos 70 e foi consolidada nos anos 90. Haja vista que as sociedades se estabelecem por trocas de informações, na sociedade contemporânea houve um grande desenvolvimento nas tecnologias de informação e comunicação, tornando-se uma sociedade informacional, que possibilita compartilhar as vivências e produções individuais com mais intensidade e agilidade constituindo relações e construindo a sociedade em que vivemos a partir da contribuição de todos os atores históricos e sociais. De acordo com Tomazi,

Assim o indivíduo está de alguma maneira condicionada por decisões e escolhas que ocorrem fora de seu alcance, em outros níveis de sociedade. Entretanto, as decisões que a pessoa toma a conduzem a diferentes direções na vida. Seja qual for a direção seguida sempre será resultado das decisões do indivíduo. (2010 p. 15)

Nessa perspectiva a inclusão social implica em promover a inclusão digital na era da informação. Segundo Castells (2000), com o desenvolvimento tecnológico no plano social aumenta a exclusão digital ao invés de diminuí-la.

Segundo Da Silva Filho (2003), três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: as TIC's (tecnologias de informação e

comunicação), renda e educação. As TIC's têm causado mudanças significativas em toda a sociedade, possibilitando a melhoria de qualidade em diversos aspectos dos negócios. Destacando a promoção de produtos bem como uso de novos canais de venda e distribuição, possibilitando novas oportunidades de negócios.

A insuficiência de renda ajuda na exclusão digital, na medida em que os indivíduos não tem como dispor de computador e linha telefônica em casa. Em contra partida a educação é um importante aliado à inclusão digital. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Note que educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo. Assim, a inclusão digital tem a necessidade de acesso à educação e renda possibilitando acesso as TIC's.

Na sociedade contemporânea o conhecimento e a informação são cada vez mais difundidos, e com o desenvolvimento tecnológico abre-se espaço para a exclusão digital que só aumenta. Nesse contexto a inclusão social visa diminuir essa exclusão, assim expandindo cada vez mais a informação e conhecimento entre os indivíduos. É indiscutível a importância da inclusão digital para a inclusão social na sociedade contemporânea considerando a relevância da comunicação para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Tomazi 2010 enfatiza a interdependência indivíduo e sociedade dizendo:

Cada indivíduo, ao fazer parte de uma sociedade, insere-se em múltiplos grupos e instituições que se entrecruzam, como a família, a escola e a igreja. E, assim, o fio da meada parece interminável porque forma uma complexa rede de relações que permeiam o cotidiano. Ainda que cada sujeito tenha sua individualidade, esta se constrói no contexto das relações sociais com os diferentes grupos e instituições dos quais ele participa, tendo por isso experiências semelhantes ou diferentes das outras pessoas.

Para se tornar possível a inclusão digital são necessários três instrumentos: renda, educação e tecnologias da informação e comunicação. Que juntos são responsáveis pela acessibilidade do indivíduo à inclusão, trazendo benefícios para sua vida pessoal e profissional. Devido ao fato da renda ser um instrumento básico na inclusão digital, cria-se uma barreira para muitos indivíduos. Surgindo assim a necessidade de projetos e ações na área social, voltados a atender essa exclusão, que estão sendo cada vez mais conhecidos e valorizados na sociedade da informação.

IMPORTÂNCIA DE UM CIDADÃO DOMINAR A TECNOLOGIA

O domínio das tecnologias bem como seus códigos e linguagens são habilidades fundamentais para atender as demandas sociais e produtivas nessa sociedade tecnológica, globalizada e de classes que apresenta grandes distorções entre os indivíduos que necessitam de alternativas para superá-las e ou minimizá-las. A inclusão digital é uma das formas de criar oportunidade de acesso a informação e ao conhecimento a muitas pessoas que se encontram à margem da sociedade.

Sabe-se que está incluído digitalmente, significa a possibilidade de ocupar um melhor posto no mercado de trabalho, acessibilidade a informação e ao conhecimento e uma melhor qualidade de vida, como se lê em:

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania. Acesso aos serviços públicos, o acesso à informação e o controle da implementação das políticas públicas serão otimizados no mundo da Internet. Mas o cidadão tem de estar neste novo mundo..., (MARTINI,2005).

Tarefas cotidianas como: “assistir à televisão, falar ao telefone, movimentar a conta no terminal bancário e, pela Internet, verificar multas de trânsito, comprar discos, trocar mensagens com o outro lado do planeta, pesquisar e estudar [...]” são simples mais exigem do indivíduo algumas habilidades em informática. (TAKAHASHI, 2000)

Sem o domínio da tecnologia, o indivíduo enfrentará um grande problema ao tentar se inserir no mercado de trabalho, pois vem sendo visto que a cada dia o mercado de trabalho vem exigindo um profissional que domine no mínimo conhecimentos básicos em informática. Segundo Neise Deluiz (2001): “Para enfrentar os mercados cada vez mais competitivos e instáveis, as empresas passaram a investir em novas tecnologias de base microeletrônica e adotaram novas concepções organizacionais”.

Diante deste cenário, faz-se necessário que a inclusão digital faça parte das políticas públicas de inclusão social, pois o estado tem a responsabilidade de oferecer a sociedade uma forma de incluir-se digitalmente, para que não seja excluído socialmente desse novo modelo de sociedade, a sociedade da informação.

Mas no Brasil ainda não existe uma política pública de inclusão digital, que atenda toda a demanda, o que existe são programas pontuais de inclusão digital, que surgem de parcerias entre entidades e governos, com a finalidade de capacitar o indivíduo e inseri-lo no mercado de trabalho. São iniciativas muito positivas, mas não atendem a todos que necessitam, é preciso universalizar o acesso à informatização.

EXCLUSÃO DIGITAL

De acordo com Sorj (2005), “a exclusão digital se refere às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e internet”. Para o nosso estudo devem ser excluídos os aparelhos de celular, embora eles também participem do grupo dos IC (Informática e Comunicação), eles não podem fazer parte de nosso estudo, tendo em vista que pessoas sem nenhuma escolaridade podem utiliza-los, enquanto o computador exige um grau mínimo de instrução para que o usuário possa utilizá-lo com autonomia e eficácia na atividade que pretende realiza.

Com base nesta percepção, é possível intuir que o desafio da inclusão digital vai além da criação de centros e de programas de inclusão, é preciso transformar esses ambientes em espaços de desenvolvimento de ação educativa subsidiando o uso de práticas sociais de leitura e de escrita, propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação eletrônica – o computador, a rede (a web), a internet. uma formação leitora nos moldes da leitura e escrita digitais, enfim um letramento na cibercultura que favoreça o desenvolvimento intelectual e a autonomia do cidadão para fazer uso social e profissional dessas tecnologias.

Por outro lado se faz necessário que o sistema público de ensino ofereça uma educação que utilize como subsidio pedagógico o computador e a internet, como também disponibilizar em seu âmbito centros de informática de aceso a docentes e discentes. Mas não basta inserir computadores nas escolas, para Batista, (2005).

Precisamos de cursos de formação que possibilitem ao professor coordenar experiências que desenvolvam simultaneamente suas capacidades computacionais e pedagógicas, além, é claro, de provê-lo de uma compreensão mais profunda do conteúdo curricular ministrado.

Embora vários autores tratem as TIC's como uma solução para a redução da pobreza e da desigualdade, Sorj (2005) defende que essa dinâmica social funciona na prática, de forma contrária, que ao invés de ser uma solução para esse problema, na verdade elas se comportam como um agravante. Uma possibilidade de amenizar e ou solucionar esse paradoxo na realidade é desenvolver políticas públicas educacionais de qualidade e promover a universalização do acesso a computadores e internet.

Na medida em que a tecnologia vai ficando cada vez mais comum como bens necessários para ter uma vida com mais qualidade torna-se necessário que a mesma esteja acessível a toda população dos diversos estratos sociais, mas nem sempre isso acontece principalmente no Brasil e nos países emergentes onde as desigualdades sociais e econômicas são bastante acentuadas. Na sociedade tecnológica a falta de acesso a determinados bens e serviços deixa o cidadão totalmente à margem da sociedade. De acordo com DE LUCA (2004, p. 9).

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as novas tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da autoestima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

Por exemplo, para ter qualidade de vida, uma família não vive sem eletricidade e sem os aparelhos considerados essenciais para ter uma vida tranquila. O acesso a esses produtos se dão de forma desigual, inicialmente as tecnologias modernas são adquiridas pelas camadas de maior poder aquisitivo, ou seja, os mais ricos para apenas posteriormente, chegar às classes menos abastadas. Essa mesma realidade acontece, quando se diz respeito à exclusão digital, em que o acesso a computador e internet se inicia primordialmente com os ricos. “O uso da internet permite ao indivíduo manejo pessoal individualizado de informação, não se submetendo mais a centros controladores típicos da economia industrial centralizada”. (2008)

A tecnologia pode ser usada para melhorar as condições de vida de um conjunto mais pobre da população, a partir do momento em que o governo cria políticas públicas, que garantam o acesso a essas pessoas que não possuem condições financeiras para adquirir um computador por exemplo. O foco principal da luta contra a exclusão digital, segundo Sorj (2005) “[...] é sobre tudo, uma luta para

encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo das novas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidade de vida”.

Warschauer (2003), defende no artigo “Repensando a exclusão digital”, afirma que esta não se dá somente pela falta de acesso física aos computadores, conexão com internet e demais acessórios que permitam o uso adequado da tecnologia, mas, sobretudo pela falta de orientação formal dos professores e do grau de instrução das populações.

A pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV no ano de 2012, p.32, mapa da inclusão digital coordenada pelo Sr. Marcelo Cortez Neri, com o apoio da fundação telefônica/vivo aponta que a exclusão digital é um resultado da falta de interesse seguido pela incapacidade de usar a internet, que são decorrentes de problemas educacionais, haja vista, que para navegar na rede é preciso, antes de tudo, educar para tal fim.

Para a efetivação da inclusão digital, é necessário que tenha uma infraestrutura adequada, no qual, as populações tenham acesso às tecnologias e aos recursos digitais disponíveis online. A universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicações – TICs é importante para obtenção do conhecimento, contudo, sabe-se que às tecnologias se torna obsoleta muito rapidamente, por esse motivo é necessário uma adaptação constante por parte de professores e alunos, para acompanhar tal evolução.

A capacitação de professores nesse contexto torna-se imprescindível, pois o mesmo é o interlocutor do conhecimento e ele deve suscitar a curiosidade epistemológica dos alunos, por meio, da ampliação da capacidade de compreensão, leitura e pesquisa dos recursos materiais e digitais. Contudo a capacitação deve ser acompanhada de outros fatores para que a inclusão se efetive de acordo com Pedro Demo (2010) apud Medeiros et al (2013):

Um primeiro gesto receptivo da educação foram os laboratórios de informática nas escolas e os centros de informática nas secretarias. Não prosperaram, porque se mantiveram como abordagens externas, eventuais, intermitentes, voluntárias. Alguns professores se interessaram, mas jamais informática foi alfabetização ou plataforma intrínseca de aprendizagem, nem no professor, nem no aluno. (...) Como este não se encaixa nos processos de formação e aprendizagem, permanece externo, estranho. Uma parte dos computadores é usada em outros objetivos, quase sempre gerenciais; outra parte, sequer é aberta; outra ainda se danifica ou não funciona, ficando por isso mesmo; ademais, não havendo manutenção e atualização adequada, os equipamentos vão se tornando obsoletos. Assim, as TICs continuam sendo algo externo e estranho ao ambiente escolar da aprendizagem e formação. DEMO (2010, p. 05).

O acompanhamento dos programas de inclusão digital é indispensável para o sucesso do mesmo, pois como Pedro Demo explana acima alguns dos equipamentos que chegam as escolas e aos centros de informática, por vez não são utilizados por falta de programas voltados para o mesmo. Outro fator de exclusão digital é a falta de instrução da população, pois não bastam termos tecnologias sofisticadas se não combatermos o analfabetismo funcional que hoje infelizmente ainda é uma realidade brasileira, que será solucionada com a melhoria na qualidade da educação.

INCLUSÃO DIGITAL

Nas últimas décadas as tecnologias sofreram drásticas mudanças e permanecem constantemente se modernizando. Devido essas inovações especialistas sociais e econômicos atribuem a sociedade diferentes denominações, alguns consideram Sociedade Pós-Industrial, Sociedade da Informação e do Conhecimento ou Sociedade Informacional como define CASTELLS. Nesse tipo de sociedade a sua organização se dar em rede, de modo que a produtividade encontra-se vinculada às tecnologias de comunicação e informação. Tornando assim indispensável ao indivíduo está incluído no universo digital.

Thais Pacievitch define a Inclusão Digital como,

[...] a tentativa de garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs). A idéia é que todas as pessoas, principalmente as de baixa renda, possam ter acesso a informações, fazer pesquisas, mandar e-mails e mais: facilitar sua própria vida fazendo uso da tecnologia [...].

Esse novo modelo de sociedade tem mudado gradativamente o seu perfil estrutural. Hoje, o indivíduo necessita de mais informação e conhecimento para saber interagir com as novas tecnologias, quer sejam tecnologias de comunicação ou até mesmo as tecnologias de informações. A dinâmica do capital industrial é aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, reduzindo os custos e consequentemente aumentar os lucros e a competitividade no mercado. Isto tem se tornado possível graças ao uso dessas tecnologias o que exige da pessoa física ou jurídica está conectada, para poder inserir-se nos meios produtivos e econômicos, uma vez que as principais atividades estão em rede.

Nesta corrida tecnológica, é óbvio que as referidas novas tecnologias da informação foram instrumentos essenciais e conseqüentemente ocorreu a ampliação do mercado e acelerou o giro do capital. Ficou provado que utilizando intensamente as novas tecnologias é possível produzir mais, em menor tempo e com mais eficiência, sendo mais racional e flexível nos processos de produtividade.

Devido a tendência a globalização das tecnologias, surge a necessidade de disponibilizar cada vez mais serviços em rede. Com isso, a partir do momento em que uma pessoa é inserida no mundo digital, a mesma tende a ganhar em qualidade de vida, na medida em que ganha tempo fazendo uso da tecnologia. São inúmeros os exemplos dessas facilidades, como: as operações bancárias via Internet, as compras em lojas virtuais e supermercados que entregam em domicílio, alguns cursos on-line, inclusive de Educação a Distância e serviços públicos variados.

Silva Filho (2003) defende que para que a Inclusão Digital realmente aconteça, existem três pilares que formam um tripé fundamental: TIC's, renda e educação. A constatação de que a falta de um desses pilares ocasiona no insucesso do processo de inclusão, não é difícil de ser notada. O Mapa da Exclusão Digital divulgado em abril de 2003 pela Fundação Getúlio Vargas, aponta que aproximadamente 12% dos brasileiros têm computador em sua residência e pouco mais de 8% encontram-se com acesso à Internet.

Silva Filho (2003) destaca algumas mudanças significativas que as TIC's vêm proporcionando a toda a sociedade. No âmbito empresarial as modificações decorrentes das TIC's têm:

- Proporcionando ambiente competitivo as mais variadas instituições, inclusive as não tradicionais;
- Promovido o declínio de custos de processamento;
- Motivado a erosão geográfica e de produtos;
- Influenciado o planejamento e redesenhado organizações.

Sem duvidas as TIC's proporcionam uma melhoria de qualidade em diversos aspectos dos negócios. Porém se mudarmos nosso foco de empresas e instituições para indivíduos, nota-se que aproximadamente 90% da população brasileira não disfruta das tecnologias da era digital.

A exclusão sócio-econômica é um agravante da exclusão digital, pois o custo para que se adquira um computador e mantenha-o com internet não é acessível a classes mais pobres. Para Silva Filho (2003),

A inclusão digital deveria ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e idosos. Uma ação prioritária deveria ser voltada às crianças e jovens, pois constituem a próxima geração.

Por essa ótica, inclusão digital deve caminhar lado a lado com a educação, pois a inclusão digital deve fazer parte do processo de ensino promovendo uma educação continuada. Para isso é necessário não só a disponibilidade de acesso ao computador conectado à internet nas escolas, mas que seja feita uma adaptação no projeto pedagógico e grade curricular dos ensinos fundamental e médio.

Também cabe ao governo em parceria com empresas privadas, disponibilizar equipamentos de maneira gratuita para que toda a população que não dispõe de acesso a um computador em seu domicílio tenha acesso livre e gratuito. Para que as próximas gerações não sofram com elevados índices de excluídos, é necessário que sejam criadas agora políticas públicas que priorizem a Inclusão Digital.

CAPITULO II

PROGRAMAS SOCIAIS DE INCLUSÃO DIGITAL: IMPORTÂNCIA, EXEMPLOS E BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE

Historicamente o homem buscou desenvolver tecnologias inovadoras que possibilitasse realizar as atividades cotidianas com o máximo de conforto e comodidade. Nas últimas décadas os avanços tecnológicos apresentam-se de forma gigantesca. Aparelhos tecnológicos vêm modificando o sistema produtivo nos mais diversos setores de produção e o convívio em sociedade. Esse novo paradigma social e produtivo exige novas habilidades das pessoas e da sociedade, o cidadão precisa buscar constantemente novos aprendizados especialmente no âmbito da produtividade e das inovações tecnológicas para poder está incluído no meio social e no mercado de trabalho.

A construção do conhecimento, a partir do processamento multimídico, é mais “livre”, menos rígida, com conexões mais abertas, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização do racional; uma organização provisória, que se modifica com facilidade, que cria convergências e divergências instantâneas, que precisa de processamento múltiplo instantâneo e de resposta imediata (Moran 1998, pp. 148-152)

Uma formação pautada apenas pela leitura e escrita não dar conta da demanda atual é necessário buscar também uma alfabetização digital, pois atividades simples do cotidiano como movimentar a própria conta bancária exige o mínimo de habilidade digital. Como bem define Mészáros (2002) as novas tecnologias “por mais que sejam produtos nossos – nos conduzem mais do que as conduzimos. Parecemos mais descartáveis do que ela, no que também elas ecoam o mercado liberal: tudo vira mercadoria, nós também.” (p. 3, 2002)

Tal afirmação deixa claro que não basta saber manusear as máquinas, é preciso conhecer seus códigos e linguagens para poder fazer uso de forma consciente, refletindo as contribuições e ou implicações negativa para uma coletividade. O Brasil é um país de grandes diferenças sócias e econômicas, em que qualquer tentativa de minimizar tais diferenças é bem vinda, e neste sentido os projetos de inclusão digital são uma alternativa para promover a inserção social de indivíduos carentes e desassistidos por meio do uso de computadores e da internet.

Contudo, ainda é preciso superar desafios como a tendência ao assistencialismo e o despreparo técnico.

O rápido avanço tecnológico exige a elaboração de uma política firme de inclusão digital que contribua para difundir os conhecimentos, como forma, de minimizar o aumento das desigualdades, e a distância entre providos e desprovidos de tecnologia digital.

De acordo com De Luca (2004):

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-las. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as novas tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atitudes econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da auto-estima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, e suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida. (2004, p.9)

A sociedade do século XXI é considerada como a sociedade do conhecimento e da informação. Em parte isso se deve ao rápido desenvolvimento da informática, da telefonia e das telecomunicações. Nesse cenário a comunicação é mediada em parte por computadores e ter acesso a eles torna-se uma questão de cidadania que é também um fator determinante para o desenvolvimento político, social e econômico do país, além de contribuir diretamente para o bem estar das pessoas, e promoção de uma inclusão social justa e equilibrada.

Segundo Baldoni (2007),

A exclusão digital no Brasil é aguda. Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2006 somente 19,6% do total de domicílios possui computador e 14,5% acesso à Internet. Entretanto, a penetração dos equipamentos e serviço nas residências de classe D e E é de 2,8% e 1,6% respectivamente, enquanto a classe A, os percentuais saltam para 86% e 81,5%, respectivamente. (2007, p.20)

Essa necessidade de comunicação gera uma necessidade da criação de projetos sociais, que levem a inclusão digital a todas as classes sociais, visto que as classes menos favorecidas são as que mais sofrem com a universalização das TIC's, pois não possuem condições para adquirir um computador e mantê-lo com acesso à internet. Segundo Freire:

A comunicação afirma ou contesta as relações entre as pessoas que se comunicam, o objeto em torno do qual se relacionam, e a sociedade na qual estão. O diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a obscuridade, ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura (1987, p. 123).

Com a globalização das tecnologias de comunicação e informação não ter acesso ao computador conectado à internet o indivíduo vive à margem da sociedade, pois muitos serviços básicos de uso coletivo estão disponíveis em programas de computador, ambientes, e plataformas virtuais.

Ainda de acordo com Baldoni (2007), a Exclusão Digital em todo o mundo vem sendo combatida com a criação de programas de Inclusão Digital, conhecidos no Brasil como Telecentros e Infocentros, que oferecem acesso livre a tecnologias de comunicação como computadores com acesso à internet. Esses espaços são em sua grande maioria, provenientes de políticas públicas dos governos federais, estaduais e municipais, ou resultado de parceria com entidades privadas. Podendo ser implantado em escolas, centros culturais ou prédios públicos, organizações comunitárias ou ONG's.

Reinhard (2006) apud Baldoni estabelece três categorias de telecentros:

- O telecentro comunitário, implementado e coordenado normalmente pelo governo, operado por líderes comunitários, e instalado em centros comunitários, oferecendo principalmente acesso gratuito e cursos de letramento digital;
- O telecentro operado (unicamente) pelo governo, instalado em prédios públicos ou centros de serviço público, oferecendo serviços de governo eletrônico e e-mail, principalmente para trabalhadores e adultos;
- E o telecentro de propósito especiais, mantido pelo governo, entidades de terceiro setor e doadores privados, localizados em escolas, programas de desenvolvimento social, prisões, etc, cujo uso é referente aos propósitos da organização onde está instalado.

Apesar das diversas iniciativas desenvolvidas para incluir no mundo digital, o cidadão de baixo poder aquisitivo, o número de brasileiros excluídos digitalmente ainda é muito grande, mas nas últimas décadas iniciativas do poder público e privado tem criado oportunidade para muitas pessoas das classes menos abastadas terem acesso a informatização, a partir dos centros de inclusão digital.

Foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que o Brasil despertou para essa necessidade, e assim tem dado prioridade a questão de que o indivíduo tem que ter acesso às novas tecnologias. Desde então, foram criados vários programas que promovessem o acesso da população em geral,

principalmente as de classes inferiores à média, a Inclusão Digital, como uma forma de diminuir a exclusão social. Apesar dos avanços, há ainda um longo caminho a percorrer para atender a demanda de brasileiros não conectados. Os programas de inclusão digital de mais destaque, criados pelo governo são:

- **PROUCA**

O **Projeto UCA** (Um Computador por Aluno) é uma iniciativa do Governo Federal que visa distribuir a cada estudante da Rede Pública do Ensino Básico Brasileiro um laptop voltado à educação. A intenção do Programa é inovar os sistemas de ensino para melhorar a qualidade da educação no país. É preciso preparar desde já os alunos para serem agentes criativos. Dentro desse contexto, acredita-se que o *laptop* seja uma ferramenta fundamental, já que auxilia o aprendiz na criação e compartilhamento do conhecimento, através da interação na rede tecnológica. A constante troca de experiências e informações entre os próprios alunos e entre as crianças e suas comunidades poderá aproximar Escola e Comunidade, motivando os alunos a produzir conhecimento.

Segundo dados do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino estadual, distrital ou municipal, deve ser feita mediante a aquisição de computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, destinados ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem.

- **GESAC**

O ministério das comunicações descreve o GESAC (Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) tem como principal objetivo promover a inclusão digital como alavanca para o desenvolvimento social auto-sustentável e promoção de cidadania. O Programa disponibiliza serviços avançados de inclusão digital para setores da sociedade que hoje estão excluídos do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

- **CIDADE DIGITAL**

Segundo o INITEC (Instituto Nacional de Desenvolvimento e Pesquisas Tecnológicas) uma CIDADE DIGITAL é a interconexão de órgãos públicos e diversas entidades, modernizando e solucionando problemas de

comunicação. Ampliar e investir nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é visto, hoje, como uma tarefa primordial do setor público, para que haja aumento de eficiência na prestação de serviços aos cidadãos. GUIA INATEL CIDADES DIGITAIS.

O projeto CIDADE DIGITAL tem como objetivo a modernização da gestão pública interligando a prefeitura às demais repartições como telecentros, escolas, secretarias, postos de saúde e demais órgãos públicos, tornando assim a cidade autônoma em internet, diminuindo gastos com provedores, suporte técnico, assistências técnicas e demais serviços de terceiros. O projeto internet para todos visa à inclusão digital, promoção à assistência social, aumento da arrecadação municipal, captação de recursos e de incentivos fiscais e financeiros, assim como o pleno desenvolvimento da cidade nos meios tecnológico, cultural, educacional, econômico, comercial e autossustentável. Levando assim interconexão digital à prefeitura e demais órgãos públicos, e também às famílias do município, com teto salarial familiar de até mil reais, via banda larga até a rede mundial de computadores (internet), acesso a dados, imagem e Voz sobre IP (VoIP).

- **CDI**

Visando atender as comunidades carentes em inclusão digital, o CDI criou a possibilidade de espaços não-formais se transformarem em centros de acesso, chamados CDI Comunidade.

Esses centros têm como objetivo se tornar centros de excelência no ensino da informática, tentando também abordar outros conteúdos, que visem cidadania e empreendedorismo, o que ajuda na formação de um cidadão consciente e ao mesmo tempo crítico.

Como funciona a instalação das CDIs Comunidades? Existem dentro das comunidades organizações parceiras que fornecem a infraestrutura básica para o bom funcionamento do centro de acesso.

Já o CDI fica encarregado de disponibilizar os computadores e softwares para as aulas, também é de responsabilidade do CDI programar a proposta pedagógica dentro dos cursos, além de acompanhar o desempenho dos alunos avaliando seus resultados.

Segundo a organização, para tornar mais dinâmica suas operações ela dispõe de uma plataforma virtual para ajudar na comunicação entre os

integrantes dessas CDIs. Essa ação se torna estável de acordo com o apoio da base popular.

Os benefícios gerados por esses e outros vários programas existentes são diversos, e que de acordo com Sérgio Silveira (2001) “a eficácia das várias iniciativas ainda não é visível exatamente pela sua dispersão, pela ausência de indicadores consolidados, pela inexistência de uma coordenação pública unificada da implementação dos projetos de inclusão”.

Com isso, torna-se necessário que se criem indicadores que avaliem a qualidade e a eficácia desses projetos. Esses indicadores deveriam comparar a vida do indivíduo antes e depois de sua participação nos programas de inclusão digital, “avaliando resultados de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho em função de habilidades adquiridas nos programas; o domínio no uso de ferramentas digitais como editores de textos e planilhas eletrônicas; a habilidade de navegar na internet; e a regularidade de acesso às TIC” (ROLAND, 2010).

Mattos (2008) apud Roland (2010) propõe que políticas públicas de inclusão digital sejam avaliadas por cinco aspectos fundamentais:

- Inserção no mercado de trabalho e geração de renda;
- Melhoria no relacionamento entre cidadãos e poder público;
- Melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas, o que pode incluir aspectos do item anterior;
- Incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania;
- Difundir conhecimento tecnológico.

O processo de avaliação é de fundamental importância para o fortalecimento dos projetos e de criação de políticas públicas voltadas para a inclusão digital, uma vez que permite analisar a eficácia do projeto e as contribuições para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e rever os pontos fracos que precisam ser redimensionado para uma aprendizagem mais qualitativa.

Para essa avaliação, é necessário determinar critérios de aferição junto às pessoas que tiverem frequentado programas de inclusão digital, sendo os indicadores passíveis da construção de séries históricas que permitam compará-los ao longo do tempo; serem flexíveis para adaptações periódicas segundo fatores regionais e culturais; e avaliarem a competência dos usuários dos programas de inclusão digital, para gerar conteúdos na rede, e não apenas acessar conteúdos existentes (MATTOS, 2008).

Através destas comparações podemos traçar o perfil das pessoas que foram beneficiados por alguns desses projetos, e buscar com isso melhorias para que cada vez mais possa se diminuir a diferença social existente nos países.

PROBLEMAS COM OS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL

O Programa Nacional de Informática na educação (Proinfo), instituído pelo Ministério da educação (Mec) tem por objetivo “universalizar” o uso de tecnologias de informática e telecomunicações no sistema público de ensino, com vista a melhoria da qualidade do ensino a partir do uso pedagógico desses recursos. O programa não se limita à distribuição de computadores e outros equipamentos para as escolas, mas também a assistência às escolas que solicitem os equipamentos. A assistência inclui a instalação e manutenção dos equipamentos bem como a oferta de cursos de capacitação tecnológica para os docentes das redes públicas de ensino. As diretrizes do Proinfo determina como atribuições dos núcleos as seguintes ações:

- 1) Sensibilização e motivação das escolas para incorporação da tecnologia de informação e comunicação; 2) apoio ao processo de planejamento tecnológico das escolas para aderirem ao projeto estadual de informática na educação, 3) capacitação e reciclagem dos professores e das equipes administrativas das escolas; 4) realização de cursos especializados para as equipes de suporte técnico; 5) apoio (help-desk) para a resolução de problemas técnicos decorrentes do uso do computador nas escolas; 6) assessoria pedagógica para uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem; 7) acompanhamento e avaliação local do processo de informatização das escolas (MEC/SEED, 1997, p. 8).

Teoricamente é o maior e melhor programa de inclusão digital desenvolvido na esfera do poder público, mas na prática não funciona tão bem assim, apesar de sua magnitude e importância para o sistema público de ensino brasileiro, existem muitos problemas de ordem administrativa os quais em parte decorrem de falhas nas parcerias estabelecidas com estados e municípios, e que inviabiliza o alcance dos objetivos propostos para a educação brasileira. Como pode-se ver a seguir alguns exemplos.

A revista Extra publicou uma matéria no ano de 2003, ao qual revela dados de uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), que aponta que o Ministério da Educação (MEC) não administrou adequadamente o Programa

Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). O documento revela que 30,1% dos laboratórios analisados, numa amostra coletada em São Paulo, os equipamentos que foram entregues não estão em funcionamento por falta de um técnico para instalá-los.

Foram encontradas falhas também em decorrência da falta de treinamento de profissionais para atuarem em sala de aula. Em 51,9% dos laboratórios analisados que já estavam instalados, não houve capacitação de professores pelo NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) com relação ao uso da tecnologia para operar os equipamentos, o que implica diretamente na execução da ação e na utilização dos computadores. Uma vez que o sucesso do programa depende especialmente da formação dos recursos humanos, daí a importância dos (NTs) e dos professores multiplicadores para atuarem na formação para o uso tecnológico como suporte didático o corpo docente, como também os do administrativo das escolas. Batista, (2005) afirma que:

A disseminação dos mais variados recursos computacionais no mercado e a consequente ampliação das formas de utilização do computador, nos mais variados setores, incluindo o educacional, exigem uma formação mais ampla do professor, que englobe, no conjunto de suas competências, a tecnologia. Neste sentido, merecem destaque os programas de inclusão digital voltados para o professor.

Vale salientar que o Proinfo, estabelece como critérios para professor multiplicador especialistas em informática na educação, oriundos da rede pública de educação básica ou de instituições de ensino superior, pois o propósito do MEC não é oferecer uma mera instrumentalização tecnológica, e sim proporcionar ao docente a incorporação de saberes que e de uma nova cultura, apoiada em tecnologia, que propicie processos de interação e um novo fazer pedagógico.

O ProInfo é executado no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e sua implementação ocorre por meio de parceria entre União, estados e municípios. Segundo a CGU, cabe ao MEC, por meio da SEB/MEC e do FNDE, levar às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso dos materiais.

PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL COMO FORMA DE INCLUSÃO DIGITAL NA CIDADE DE CARAÚBAS

Graças ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que é uma das ações do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como principal objetivo proporcionar as Universidades Federais condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos alunos no ensino superior. A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Considerando a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no Estado do Rio Grande do Norte como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social, solicitou ao MEC a implantação do Campus de Caraúbas, autorizada por meio da Resolução nº 10 de 15 de junho de 2010.

Assim, a UFERSA Campus de Caraúbas inicia suas atividades no segundo semestre letivo do ano de 2010 com o curso de Ciência e Tecnologia (C&T). Sem possuir instalações físicas próprias, iniciou suas atividades na Escola Estadual Antônio Carlos, ao qual implantou um moderno laboratório de informática, em uma sala desta escola.

O programa de inclusão digital como forma de inclusão social na cidade de Caraúbas, nasce como uma iniciativa do professor Msc. Luiz Carlos Aires de Macêdo ao se deparar com a realidade da educação digital no município de Caraúbas. A proposta do programa foi aprovada no edital PROEXT 2013, que garantiu recursos para a montagem de um laboratório de informática moderno e bolsas para alunos do curso de BCT da UFERSA Campus Caraúbas ministrarem cursos de educação digital.

O programa, em parceria com a prefeitura, montou um moderno laboratório, preparou material didático e chegou a capacitar cerca de 300 pessoas ao longo de 2013. Também houveram ações em 2014, só que voltadas a zona rural do município.

Este trabalho buscou então fazer uma análise do impacto das ações de 2013 com os alunos beneficiados com o programa e tentará descobrir como os conhecimentos adquiridos durante o curso estão sendo aproveitados pelos ex-alunos beneficiados com o programa.

CAPITULO III

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA SOCIAL DE FORMA QUALITATIVA

Seguindo uma visão antropológica, pode deduzir que sempre houve uma preocupação do “homo sapiens” em relação com o conhecimento da realidade. Desde os primórdios da humanidade que o homem procurou forma para compreender e explicar o mundo, a natureza e as relações sociais. As tribos primitivas valiam-se dos mitos para explicar os fenômenos que cercam a vida e a morte como também a hierarquia social, as relações de poder, controle e reprodução tudo tinha sua razão de ser segundo a mitologia. Na medida em que as sociedades se desenvolviam novas concepções foram surgindo.

Na busca pela explicação da realidade a filosofia e a Religião historicamente e até o presente momento tem sido poderosos instrumentos explicativos dos significados da existência individual e coletiva, mas elas já não são senhoras da verdade outras ciências como a poesia e a arte ganham espaço e seguem “desvendando lógicas profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo, do cotidiano e do destino humano. A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”. Minayo, (1992).

Segundo Almeida (1999), entende-se como pesquisa “[...] a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Mesmo a pesquisa sendo em sua grande maioria realizada teoricamente, ela também está vinculada a pensamentos e ações. Assim todos os problemas de caráter intelectual, tem um problema prático vinculado que surgiu antes do intelectual.

Poderíamos dizer, nesse sentido, que o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados: noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. Minayo, (1992).

Sempre que surgir um problema na sociedade, automaticamente surgirá a necessidade de se fazer uma pesquisa social, para que se tenha uma ideia do problema e conseqüentemente busque uma solução para esse determinado problema.

A pesquisa social, para Almeida (1999) “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para a melhor compreensão de todos esses fenômenos que envolvem os seres humanos e suas complicadas relações sociais, faz-se necessária que sejam realizadas pesquisas sociais com enfoque qualitativo, para que determinados fenômenos venham a ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. A pesquisa qualitativa difere da pesquisa quantitativa, mas isso não a torna com maior ou menor importância no campo científico quem explica bem essa diferença é Minayo (1992).

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Enquanto a pesquisa quantitativa baseada na teoria positivista defende a objetividade e a padronização de instrumentos de pesquisa para a explicação da realidade social, a qualitativa fundamenta-se na Sociologia e tenta compreender a realidade humana a partir dos relacionamentos sociais do cotidiano. “Em suas diferentes manifestações, como na Fenomenologia, na Etnometodologia, no Interacionismo Simbólico, o significado é o conceito central de investigação”. Minayo (1992).

Para isso o pesquisador deverá ir ao campo para efetuar a coleta dos dados, “buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, p. 21; 1995). Uma variedade de dados deve ser coletada e posteriormente analisada para que se compreenda a dinâmica do fenômeno.

Para Godoy (1995), a pesquisa deve partir de questões amplas e que no decorrer da pesquisa vão se esclarecendo. Defende que, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido por caminhos diferentes, em que os três principais defendidos por ele são: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

A pesquisa documental a primeira vista pode parecer estranha, no entanto, considerando que a abordagem qualitativa não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela leva os investigadores a proporem trabalhos que

explorem novos enfoques. Acredita-se assim que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições significantes no estudo de alguns temas.

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes) (GODOY, p 21-22; 1995).

Uma das vantagens do uso desse tipo de pesquisa é que permite-nos realizar estudos de fatos ocorridos em outras épocas, aos quais os únicos registros existentes são documentos escritos, também para pesquisas de longas distâncias, onde a locomoção até o local ao qual se deseja estudar é improvável.

Já o estudo de caso caracteriza-se por ser uma pesquisa ao qual o objeto é uma unidade que se analisa profundamente, ou seja, é feito um exame profundo do objeto a ser estudado. “O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões ‘como’ e ‘por que’ certos fenômenos ocorrem [...]” (GODOY, p. 25, 1995).

A escolha do problema a ser investigado para Godoy (1995) “é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador”. Assim, o pesquisador direcionara a sua pesquisa para a temática desejada, usando de questionamentos diretos.

Por fim, a Etnografia é uma pesquisa a qual, segundo Fetterman apud Godoy (1995), é entendida como “a arte e a ciência de descrever uma cultura ou grupo”. Esse tipo de pesquisa alveja descrever algum tipo de evento que ocorre em um determinado grupo e a visão ao qual o grupo teve sobre determinado evento.

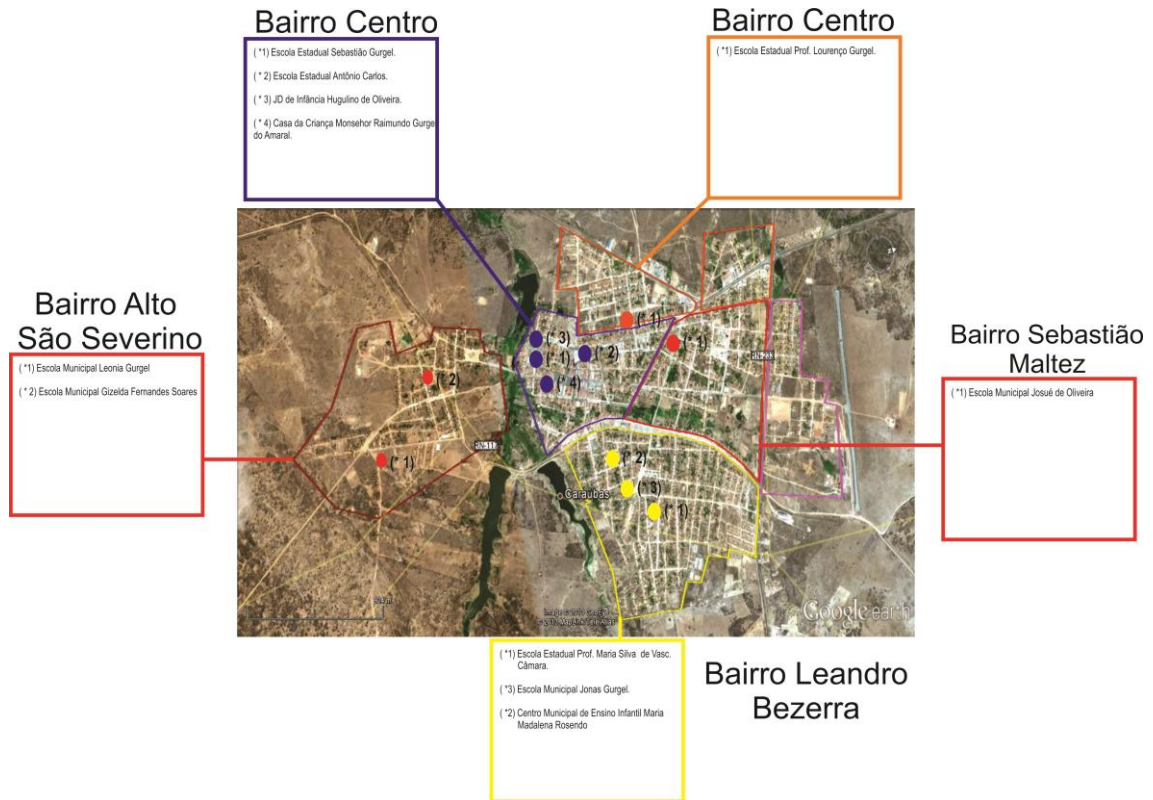
De acordo com Godoy para esse tipo de pesquisa, é extremamente importante que o investigador tenha o contato direto com o grupo em estudo, para que se tenha uma análise mais detalhada da influência que esse determinado evento proporcionou-lhes. Também é importante que o investigador já tenha uma ideia de qual o cenário em que se encontra o grupo em estudo, para estabelecer o que se vai questionar e o propósito da pesquisa.

PESQUISA REALIZADA NO PROGRAMA EDUCAÇÃO DIGITAL 2013

Inicialmente a pesquisa realizada pelo programa Educação Digital no ano de 2013 na cidade de Caraúbas-RN, teve como objetivo o levantamento de dados da situação atual do município em relação as Políticas Públicas voltadas a inclusão digital. Também foram pesquisados quais os projetos e programas já implantados no município voltado para docentes e discentes das escolas públicas municipais e estaduais.

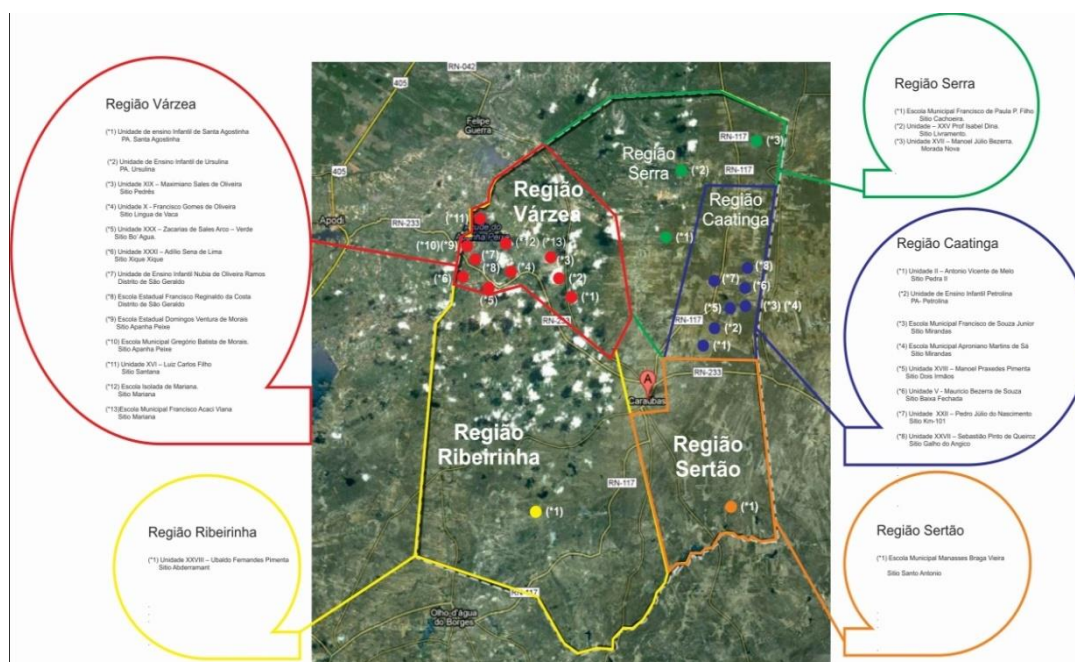
Através de dados cedidos pela Secretária Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto da cidade de Caraúbas-RN, criou-se um mapa das escolas que possuem laboratórios de informática tanto na zona urbana quanto na zona rural. O mapa da zona urbana foi dividido em cinco regiões baseadas em seus respectivos bairros: Centro, Leandro Bezerra, Alto São Severino, Sebastião Maltez. A zona rural também ficou dividida em cinco regiões sendo as localidades agrupadas por proximidade: Várzea, Caatinga, Serra, Sertão e Ribeirinha. Como exposto nas figuras abaixo.

Figura 1- Mapeamento da Zona Urbana.



Fonte : Google maps- adaptação Darcione Daniel bolsista do Programa Educação Digital Como Forma de Inclusão Social Cidade de Caraúbas/RN (2013).

Figura 2 - Mapeamento da Zona Rural.



Fonte : Google maps- adaptação Darcione Daniel bolsista do Programa Educação Digital Como Forma de Inclusão Social Cidade de Caraúbas/RN (2013).

Nas escolas que existem laboratórios de informática, foram feitas as seguintes perguntas: se a sala do laboratório é disponível só a ele, se existe uma pessoal responsável pela sala do laboratório de informática e existindo esse responsável, se ele tem qualificação na área de informática, e a ainda qual o projeto responsável pela implantação desses laboratórios, tais perguntas são de extrema significância tendo em vista que para um bom uso das máquinas pelos alunos e professores é necessária uma boa estrutura da sala onde estas se encontram. Com relação aos computadores, perguntou-se quanto ao número das máquinas, quantas funcionam e quantas tem acesso a internet, qual o sistema operacional e se a sala do laboratório é disponível só a ele.

A Tabela 1, apresenta os laboratórios disponíveis na cidade de Caraúbas-RN que poderiam vir a ter um programa de Educação Digital implantado. Apresenta-se

também a quantidade de computadores que o laboratório possui bem como os que estão aptos a uso (em funcionamento). Na coluna disponível para a população, indica se o laboratório está aberto para a população (caso contenha o valor Sim) em caso contrário, o mesmo se destina as aplicações das entidades gestoras. Todos os laboratórios encontram-se instalados na zona urbana do município.

Tabela1: Laboratórios com computadores existentes na cidade de Caraúbas-RN.

Computadores Para a População	Computadores		Disponível a População
	Possui	Em Funcionamento	
Laboratório EaD	50	29	Não
Projeto Estação Digital	10	10	Não
Projeto Campo Digital Emater	10	5	Sim
Laboratório UFERSA E.E Antônio Carlos	35	35	Não
Laboratório UFERSA E.E. Lourenço Gurgel	10	10	Não

Fonte: Relatório PROEXT, 2013.

Na Tabela 2, apresenta-se os dados levantados sobre os laboratórios de informática das escolas do município, sua localização quanto a ser na zona urbana ou rural, quantidade de máquinas em funcionamentos, se as máquinas são ou não utilizadas pelos alunos da escola (coluna Utilização com os alunos) e de que forma são utilizados e também um campo denominado de observação, onde destacamos possíveis problemas que as escolas relataram para o não uso ou o mal uso dos laboratórios instalados. Os documentos foram enviados pelas escolas a Secretária de Educação do Município de Caraúbas-RN.

Tabela2: Laboratórios com computadores existentes nas Escolas.

Escolas que possuem recursos computacionais	Localização	Computadores		Utilização com os alunos	OBS
		Possui	Em funcionamento		
Escola Municipal Francisco de Souza Junior	Zona Rural	10	4	Não	Falta Capacitação dos professores

Escola Municipal Josué de Oliveira	Cidade	11	1	Apenas consulta	Problemas com a conexão de Internet
Escola Municipal Jonas Gurgel	Cidade	10	5	Apenas Consulta	Falta Capacitação dos professores
Escola Municipal Francisco de Paula Pessoa Filho	Zona Rural	5	5	Não	Não instalados/sem profissionais capacitados
Escola Municipal Manasseis Braga Vieira	Zona Rural	5	5	Não	Não instalados/sem profissionais capacitados
Escola Municipal Maximiano Sales de Oliveira	Zona Rural	5	5	Apenas Jogos e digitação	sem internet
Escola Municipal Professora Leônida Gurgel Fdes. Oliveira	Cidade	18	0	Não	Não instalados/sem profissionais capacitados
Escola Municipal Gizelda Fernandes Soares	Cidade	4	4	Não	Não instalados/sem profissionais capacitados
Escola Municipal Sebastião Gurgel	Cidade	15	12	Apenas consulta	Máquinas defasadas recebidas em 2003
Escola Estadual Lourenço Gurgel	Cidade	10	5	Apenas consulta	Maquinas defasadas recebidas em 2004
Escola Estadual Antônio Carlos	Cidade	10	8	Apenas consulta	Falta Capacitação dos professores

Fonte: Relatório PROEXT, 2013.

Na Tabela 3, apresentam-se os dados sobre os alunos matriculados na rede pública de ensino.

Tabela 3: Alunos matriculados nas escolas do município de Caraúbas-RN.

Estudante de Caraúbas	Zona Rural	Cidade	Total
Alunos Rede Municipal de Ensino	1022	1762	2784
Alunos na Rede Estadual de Ensino	-	2500	2500
Total Alunos Matriculados			5284

Fonte: Relatório PROEXT, 2013.

Na Tabela 4, tem-se um cálculo que nos mostra a média de computadores disponível para a população do município (zona rural e urbana), a média de computador disponível por aluno das escolas da zona urbana e a média de computador disponível por alunos da zona rural. Tal média calculada em cima dos valores apresentados e comprovados nesta proposta.

Tabela 4: Média de pessoas por computador.

Estimativa da População	População	Média / Computador
População Estimada no Município Subtraindo dos Alunos Matriculados em Escolas	16.716	1114,4
Alunos Matriculados na Cidade	4.262	121,7714286
Alunos Matriculados na Zona Rural	1022	53,78947368

Fonte: Relatório PROEXT, 2013.

A média apresentada na Tabela 4 foi calculada dividindo o número de pessoas por computador disponível. No caso da população geral do município, o valor calculado foi de um computador para mais de 1.000 (mil) habitantes, isto excluindo os alunos matriculados nas escolas por entendermos que os mesmos entram no cálculo dos alunos matriculados em escolas que possuem laboratórios tanto na cidade, que apresentou a média de um computador para cerca de 120

alunos como na zona rural com a média de um computador para aproximadamente 53 alunos.

Diante do apresentado, pode-se afirmar que é grave a situação da Educação Digital e Inclusão Digital no município de Caraúbas, seja ela por falta de máquinas a população ou mesmo pela defasagem tecnológica das existentes como também pela falta de treinamento de pessoas para uso destes recursos, quando disponíveis.

A execução do programa de Inclusão Digital no ano de 2013 e seguintes serviu para diminuir um pouco essa discrepância com relação a educação digital, capacitando as pessoas da cidade de Caraúbas e ajudando a diminuir tais índices.

CAPITULO IV

METODOLOGIA DA PESQUISA

O primeiro passo, para a realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico sobre inclusão e exclusão digital usando referencial a partir de pesquisas em sites, artigos, revistas, livros e documentos oficiais do governo para obter o embasamento teórico necessário para a análise das situações das políticas públicas de inclusão digital a nível nacional, regional e local bem como as de iniciativas privadas, tendo como referência um estudo no município de Caraúbas no Rio Grande do Norte, para verificar se elas realmente estão proporcionando mudanças na vida das pessoas, se estão sendo aplicadas de maneira correta, com a finalidade de demonstrar a atual situação e as consequências às quais os indivíduos que foram beneficiados com essas políticas públicas de inclusão se encontram, baseando-se em dados reais, de estudos sérios e comprometidos.

Logo após foi pesquisado os programas que o Governo Brasileiro criou para garantir o acesso da sociedade as TIC's, na busca da diminuição da Exclusão Social. Também demonstrou-se as falhas que contem nas políticas publicas de inclusão digital.

Por fim, mostra-se a importância de se fazer uma pesquisa social qualitativa, com o fim de demonstrar a realidade ao qual se encontrava o município de Caraubás-RN antes das ações realizadas pelo PROEXT 2013/2014, e analisar a situação atual, com o fim de compara-las para avaliar o desempenho do mesmo.

Na primeira etapa da pesquisa, foi elaborado um questionário com alunos beneficiários do projeto para saber o seu grau de escolaridade o questionário foi aplicado no ato da inscrição, com o intuito de saber em que etapa e modalidade da educação está a maior parcela de pessoas excluídas digitalmente.

Também foi elaborado um segundo questionário, direcionado aos alunos que já concluíram o curso, com intuito de investigar os benefícios que o mesmo proporcionou a eles. No questionário continham 13 perguntas optativas e objetivas:

1. Atualmente, qual é a sua ocupação?
2. Alguma experiência ou curso de informática antes deste curso?
3. O que levou você a se matricular neste curso?

4. Sua (s) escola (s) possui (em) uma sala com computadores para o uso com os alunos?
5. Você utiliza a informática em seu trabalho?
6. O curso atendeu às suas expectativas?
7. Quais desses fatores, em sua opinião dificultaram um maior avanço do grupo?
8. Qual desses pontos foi extraído do curso para a sua atuação com informática na vida profissional e pessoal.
9. Como você avalia o seu processo de aprendizagem neste curso?
10. O que em sua opinião o curso trouxe de positivo para a sua vida hoje?
11. O que pode mudar pro seu futuro com o aprendizado obtido no curso de inclusão digital?
12. Qual sua perspectiva em relação ao mercado de trabalho? O curso influenciou na sua inserção no mercado de trabalho?
13. Com relação aos seus estudos, você notou alguma melhoria?

A primeira pergunta era direcionada a saber a atual ocupação de cada aluno, a fim de descobrir qual a sua atual ocupação, se desenvolve alguma atividade remunerada, se ele conseguiu se inserir no mercado de trabalho.

O segundo questionamento avalia se o aluno já havia tido alguma experiência com computador antes, ou até mesmo se já tinha realizado algum curso de informática anteriormente. Objetivando descobrir o nível de conhecimento deles antes do curso a respeito das TIC's. Seguido da terceira pergunta que tem por objetivo saber o que os levou a procurar curso de inclusão digital do PROEXT.

A quarta pergunta é voltada para os alunos que ainda cursam o ensino básico em escolas da rede publica. Se na escola onde ele frequenta possui computadores, no caso de possuir, se eles funcionam bem ou se é muito precário o funcionamento.

O quinto questionamento visa os alunos que trabalham, se eles usam em seu trabalho os conhecimentos em informática adquiridos durante o curso. Com qual finalidade ele utiliza esses conhecimentos.

Na sexta pergunta, busca-se obter a informação se o curso atendeu as expectativas, se eles realmente conseguiram notar que os conhecimentos adquiridos no curso foram proveitosos. O sétimo questionamento pede para eles destacarem os fatores que mais dificultaram um maior avanço do grupo durante o curso, objetivando melhorias para as próximas turmas.

No oitavo questionamento, pediu-se que destacasse pontos altos do curso para a sua atuação com informática na vida profissional e pessoal, para analisar o que realmente se pode aproveitar do curso no seu dia a dia. Seguido pela nona questão que avalia o processo de aprendizagem durante o curso, se ele ao término do curso continua com insegurança diante do computador, se tem mais independência para realizar tarefas no computador, ou se apresentou uma melhor desenvoltura para trabalhar com aplicativos tanto nos estudos como no seu trabalho.

A décima pergunta foi formulada com o intuito de saber a opinião direta do aluno com relação aos benefícios que o curso proporcionou em sua vida hoje, se trouxe alguma melhoria, se ele conseguiu sair realmente da grande parcela de pessoas excluídas digitalmente para a pequena parcela incluída. A décima primeira questão vem em seguida querendo a opinião a respeito da visão de futuro dos alunos, o que esse aprendizado pode na opinião deles trazer de melhoria para sua vida no futuro.

A décima segunda questão aborda a perspectiva do aluno para o mercado de trabalho, ou seja, benefício que o curso pode trazer para o mercado de trabalho. Também questiona se o curso teve alguma influência em sua inserção no mercado de trabalho, se ele passou a ser visto com outros olhos para os empregadores. Por fim, a décima terceira questão aborda a qualidade dos estudos, se houve alguma melhoria com relação aos seus estudos depois de ter concluído o curso.

Após os questionários concluídos, analisou-se e processou-se os dados. A forma escolhida para a apresentação e análise dos resultados obtidos, foi através de gráficos das questões, embasando as conclusões em formato de tabelas para a comparação das respostas entre os perfis.

CAPITULO V

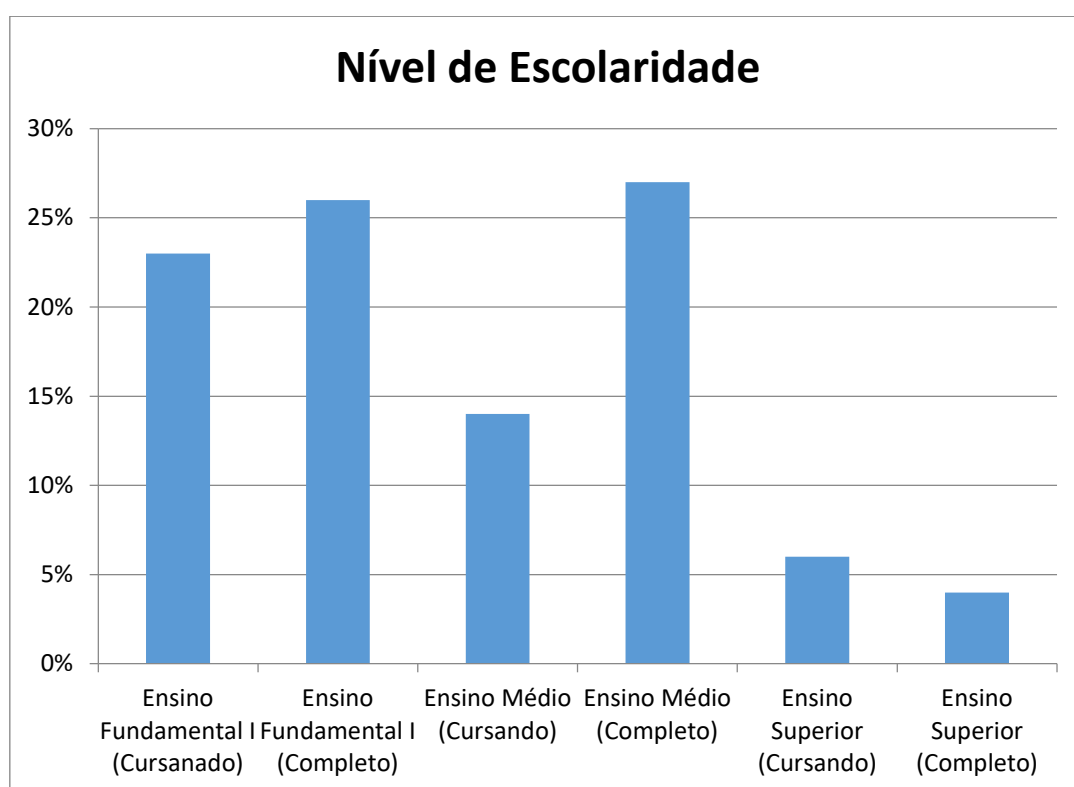
ESTUDO DE CASO

Com o surgimento da sociedade da informação, surge também um novo paradigma social decorrentes de um conjunto de transformações nos mais diversos setores da sociedade, promovidas pela disseminação e ampliação do uso de tecnologias e redes de informação e comunicação. Esse novo modelo torna a sociedade cada vez mais globalizada e faz da inclusão digital requisito indispensável para a inclusão social, sensibilizando gestores públicos e organizações não governamentais a criarem projetos e políticas públicas de inclusão digital que promova o acesso as TIC`s as pessoas oriundas das camadas de baixo poder aquisitivo.

Essa proposta pretende investigar o impacto do Programa de Inclusão Digital na vida social dos alunos beneficiados, as formas como os mesmos se apropriaram da Tecnologia para seu uso cotidiano, sendo que esse ponto é uma das metas do programa de extensão Educação Digital como Forma de Inclusão Social na Cidade de Caraúbas-RN, com essa finalidade foram entrevistadas 60 pessoas, de um total de 300 vagas que foram ofertadas, totalizando assim uma amostragem de 20% do total de alunos. A seleção dos alunos foi feita de forma aleatória, foram escolhidos alunos de 09 turmas do PROEXT 2013.

A princípio foi analisado o grau de escolaridade dos alunos, para se conhecer o nível de instrução do público ao qual o projeto estava atingindo. De acordo com a metodologia utilizada para a seleção dos alunos, tem-se em relação ao nível de escolaridade uma heterogeneidade, que abrange desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo. O gráfico 01 apresenta o nível de escolaridade dos participantes.

Gráfico 01: Nível de escolaridade dos participantes.



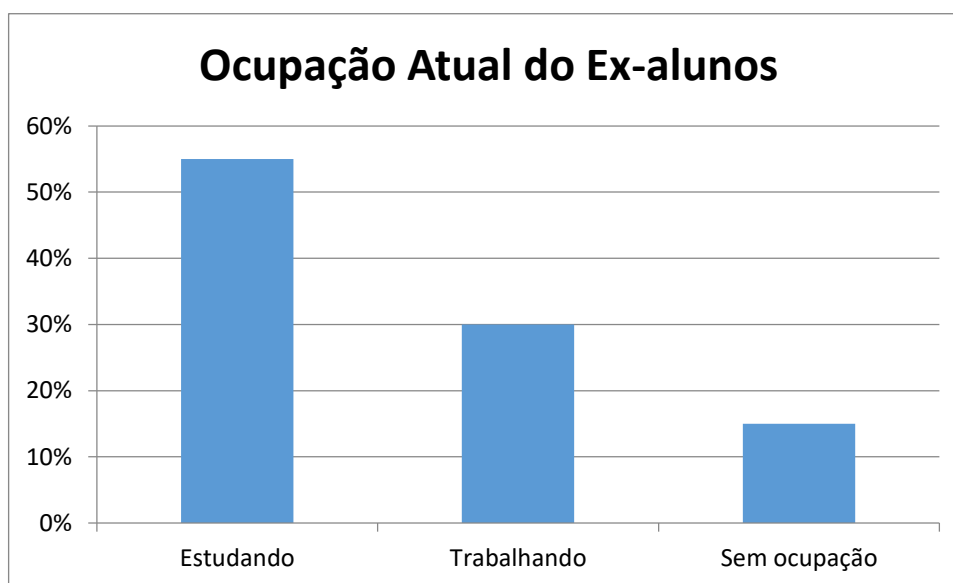
Fonte: Autor, 2015.

Através da análise do Gráfico 01, tem-se que uma relevante parcela dos participantes está cursando ou já cursaram o ensino fundamental I, totalizando 49% dos alunos do curso, o que demonstra que o curso está atingindo a base do ensino público, possibilitando o surgimento de mais oportunidades. Cerca de 14% dos alunos cursam o ensino médio, e procuram o curso em busca de complementar seu currículo e adquirir o conhecimento necessário para ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do segundo grau, ou até mesmo para auxiliar, após ingresso no ensino superior. Já a maioria, 27% são de pessoas que concluíram o ensino médio e não conseguiram ingressar no ensino superior, nem no mercado de

trabalho, e buscam com o curso se capacitar para buscar vagas que somente são ofertadas a pessoas com domínio das tecnologias. Por fim, 10% já estão ou concluíram o ensino superior e buscam com o curso a oportunidade de preencher a lacuna de capacitação ocorrida durante sua especialização no seu ensino básico.

Foi feita uma análise da ocupação atual das pessoas que participaram do curso ministrado pelo PROEXT no ano de 2013. De acordo com o Gráfico 02, 55% dos ex-alunos entrevistados ainda estão estudando e usam dos conhecimentos adquiridos no curso para melhorar seus estudos. Já 30% afirmaram está trabalhando e utilizando os conhecimentos adquiridos em seu ambiente de trabalho. Os 15% que por enquanto não estão fazendo nada, ainda estão em busca de ingressar ou no ensino superior ou no mercado de trabalho.

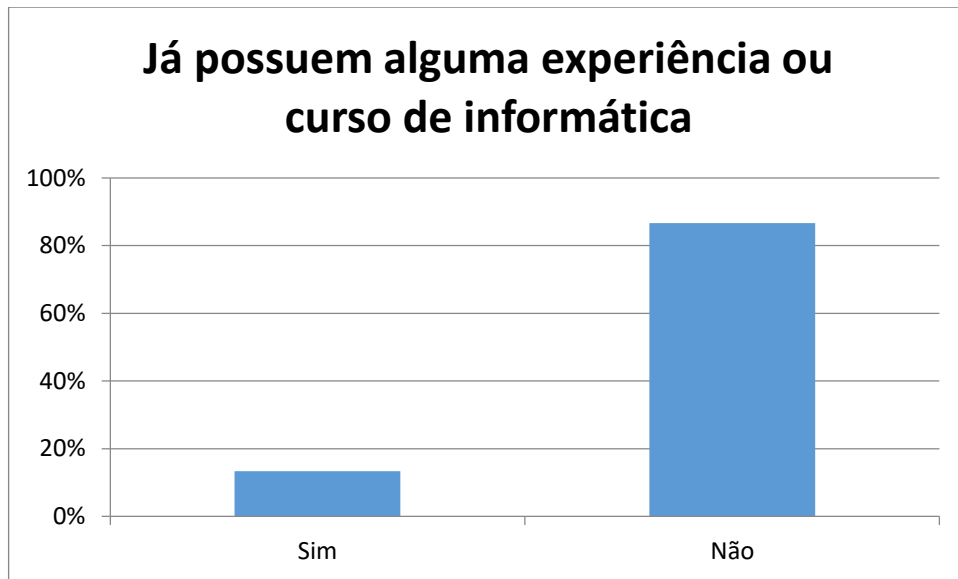
Gráfico 02: Ocupação Atual dos Ex-alunos.



Fonte: Autor, 2015.

A análise da situação com que se encontravam os alunos, em relação ao domínio das ferramentas de informática, é apresentada no Gráfico 03, onde 87% das pessoas que procuraram se inscrever no curso, nunca tiveram alguma experiência com as tecnologias de informação, e uma pequena parcela de apenas 13%, já possui experiência ou fizeram no mínimo um curso de informática.

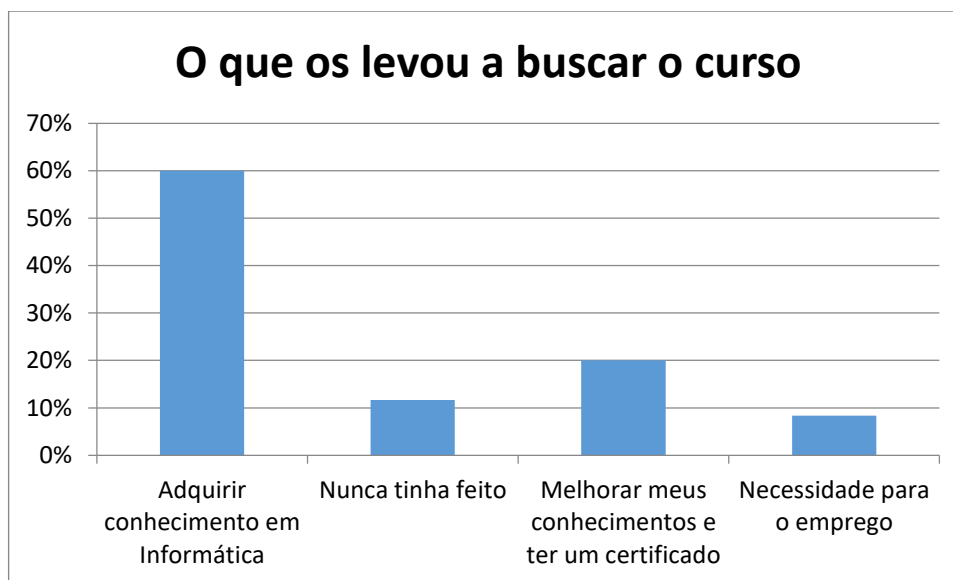
Gráfico 03: Já possuem alguma experiência ou curso de informática.



Fonte: Autor, 2015.

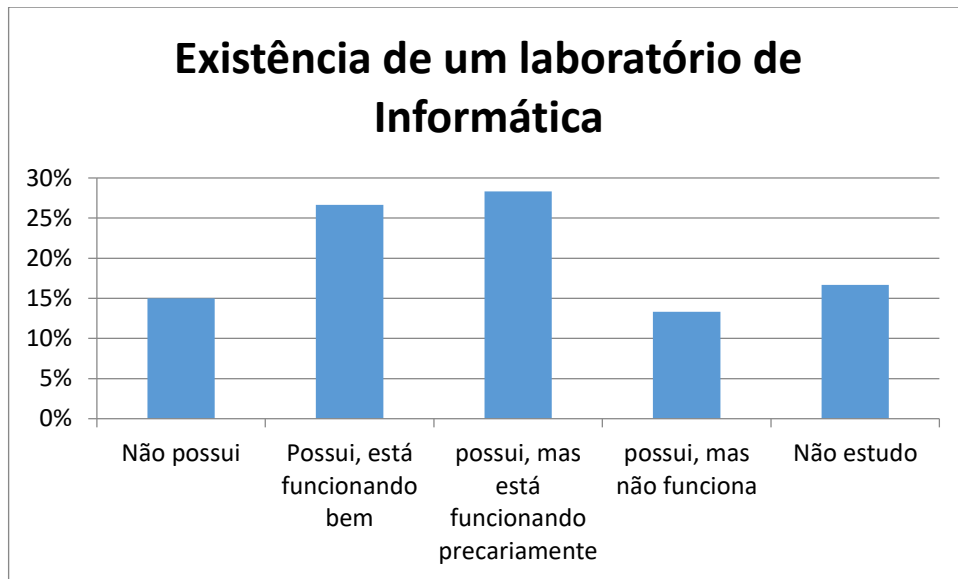
Quando perguntados por qual o motivo levou os alunos a buscarem o curso de Inclusão Digital da PROEXT 2013. Como se pode notar no Gráfico 04, 60% dos entrevistados responderam que o motivo ao qual os levou a procurar pelo curso foi adquirir conhecimento em informática, tendo em vista que a cada dia vem sendo mais exigido em seu dia a dia o domínio desse conhecimento. Outros 20% também visavam além de adquirir conhecimento, um certificado para comprovação do mesmo ao se lançar na busca por emprego no mercado de trabalho. Apenas 12% responderam que o motivo ao qual os levou a procurar pelo mesmo foi porque nunca tinha feito um curso de informática, seguido de 8% que procuraram o curso por necessidade, pois a função ao qual exerciam em seu trabalho exigia o domínio do conhecimento em informática.

Gráfico 04: O que os levou a buscar o curso.



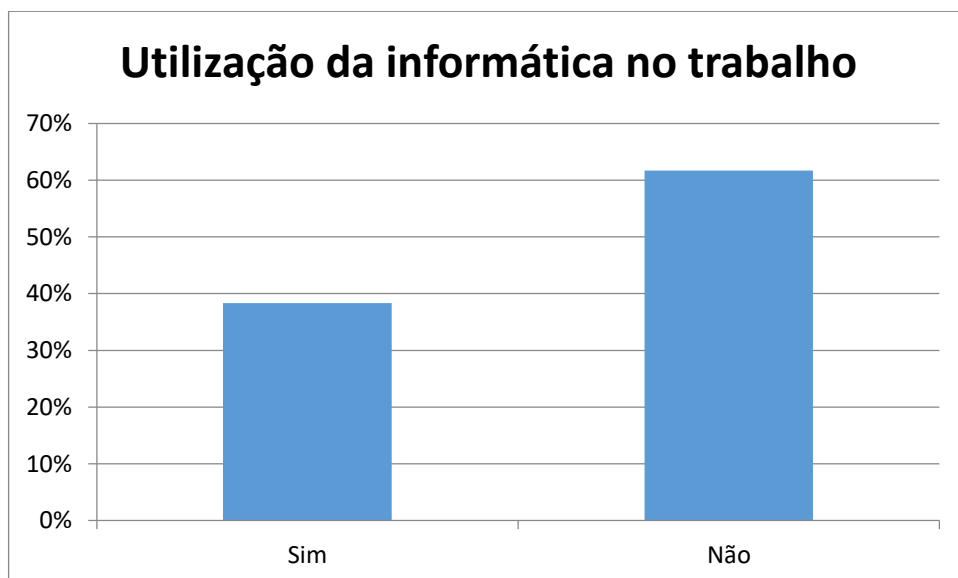
Fonte: Autor, 2015.

É perceptível ao analisar o Gráfico 05, que ao perguntar aos alunos se em sua escola possui um laboratório de informática, apenas 27% responderam que possuem e estão funcionando em perfeito estado. Dos demais 28%, possuem mais não estão funcionando em condições precárias; 13% possuem mais não estão funcionando, pois estão danificados ou até mesmo estão encaixados ainda a espera de mão de obra qualificada para vir montar os laboratórios; 15% nem se quer possuem laboratório e 17% informaram que não estudam mais.

Gráfico 05: Existência de um laboratório de Informática.

Fonte: Autor, 2015.

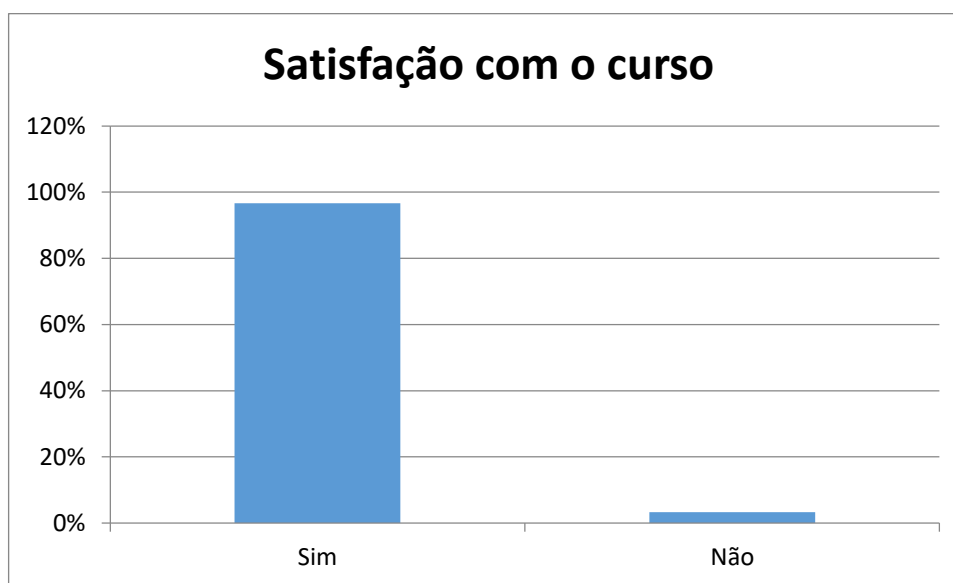
Analisando o Gráfico 06, que se refere ao questionamento da utilização da informática em seu ambiente de trabalho, apenas 38% responderam positivamente, logo 62% afirmaram que não utilizam os conhecimentos adquiridos no curso, pois a função que desempenham não necessita de tecnologia.

Gráfico 06: Utilização da informática no trabalho.

Fonte: Autor, 2015.

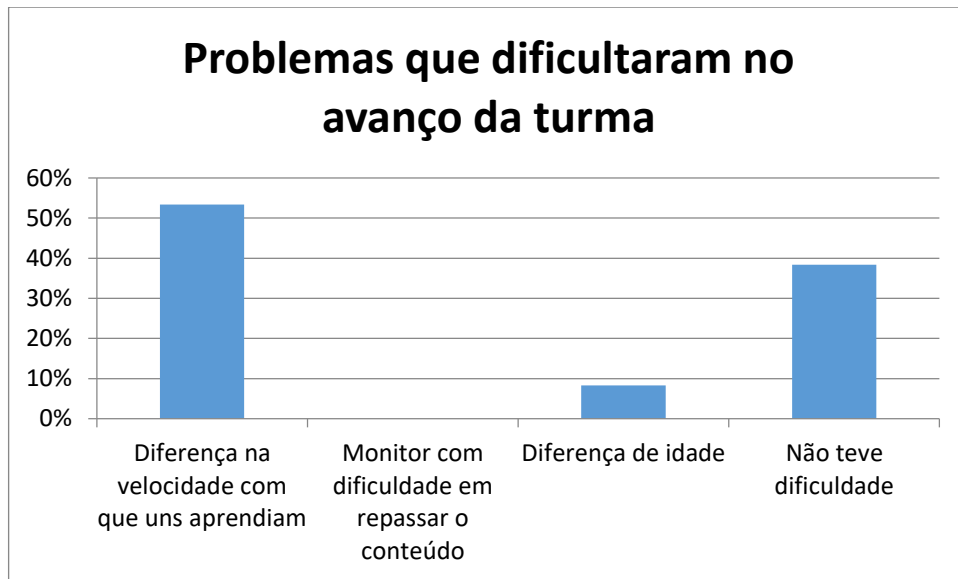
Quando questionados em relação às expectativas de cada um, se o curso atendeu suas expectativas, como nota-se no Gráfico 07, 97% dos alunos entrevistados responderam que sim, que aprenderam bastante com o curso e saíram com segurança para realizar atividades com um computador em sua casa sem a necessidade da supervisão de ninguém. Os outros 3% afirmaram que não, pois esperavam mais do curso, acharam o curso muito básico.

Gráfico 07: Satisfação com o curso.



Fonte: Autor, 2015.

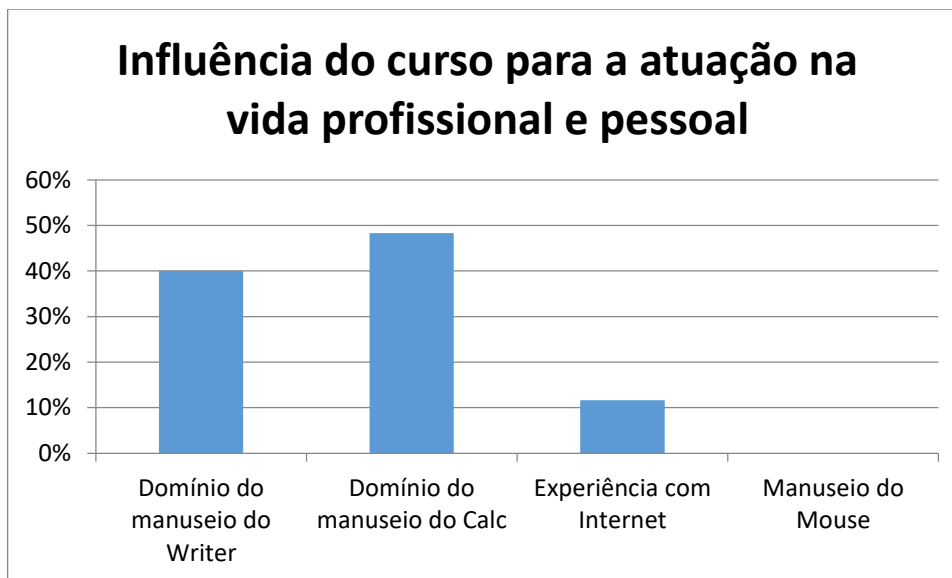
No Gráfico 08, estão os dados das respostas dos alunos quando perguntados sobre a sua opinião em relação aos fatores que dificultaram um maior avanço da turma, para 53% das pessoas entrevistadas, o maior problema com o avanço da turma foi a velocidade com que uns aprendiam e outros não, e 8% que eram ocasionados pela diferença de idade dos participantes. Enquanto isso nenhum teve dificuldade com a forma como o monitor repassava o conteúdo, e 38% não obtiveram dificuldade alguma durante todo o curso.

Gráfico 08: Problemas que dificultaram no avanço da turma.

Fonte: Autor, 2015.

Foram questionados quais os pontos que foram extraídos do curso para a sua atuação com a informática em sua vida pessoal e profissional. As respostas foram distribuídas da seguinte forma, como mostra o Gráfico 09. Para 48% dos entrevistados, o domínio do manuseio do Calc para a criação de tabelas e gráficos foi o ponto mais importante adquirido no curso, seguido de perto pelo domínio do manuseio do Writer com 40%. Apenas 12% informaram que o ponto principal que mais influenciou na sua vida profissional foi adquirir experiência com a Internet.

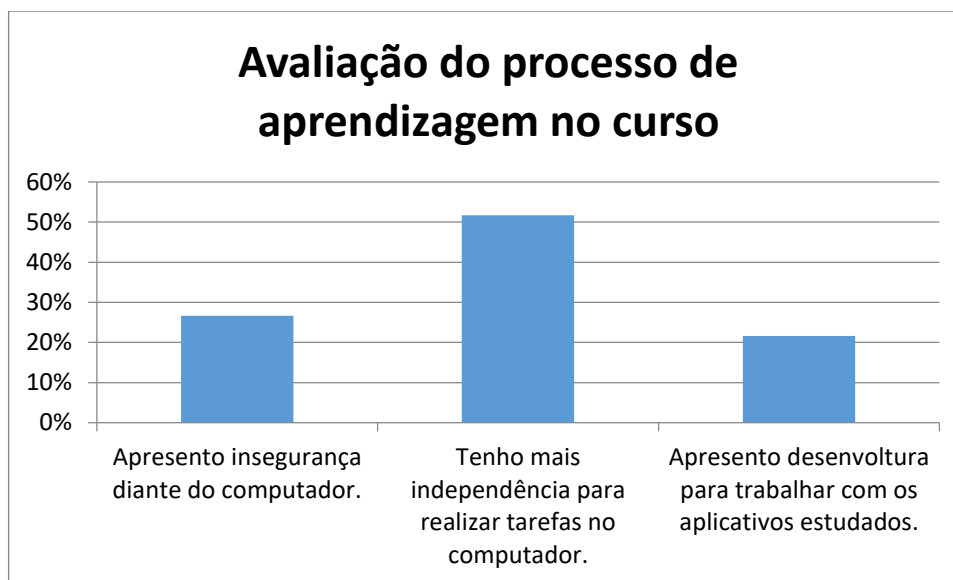
Gráfico 09: Influência do curso para a atuação na vida profissional e pessoal.



Fonte: Autor, 2015.

O Gráfico 10 apresenta os resultados da avaliação do processo de aprendizagem adquirida pelos alunos durante o curso. A maior parcela, que é de 52% dos entrevistados, afirmam ter mais independência para realizar tarefas no computador, e não se sentem com insegurança para usar o computador sem a supervisão de uma pessoa que entenda melhor. Já para 27%, quando questionados, afirmaram apresentar insegurança ainda diante do computador para executar tarefas um pouco mais complexas. Por fim, os outros 22% apresentaram um rendimento excelente, e utilizam do conhecimento adquirido no curso para trabalhar com os aplicativos em seu ambiente de trabalho.

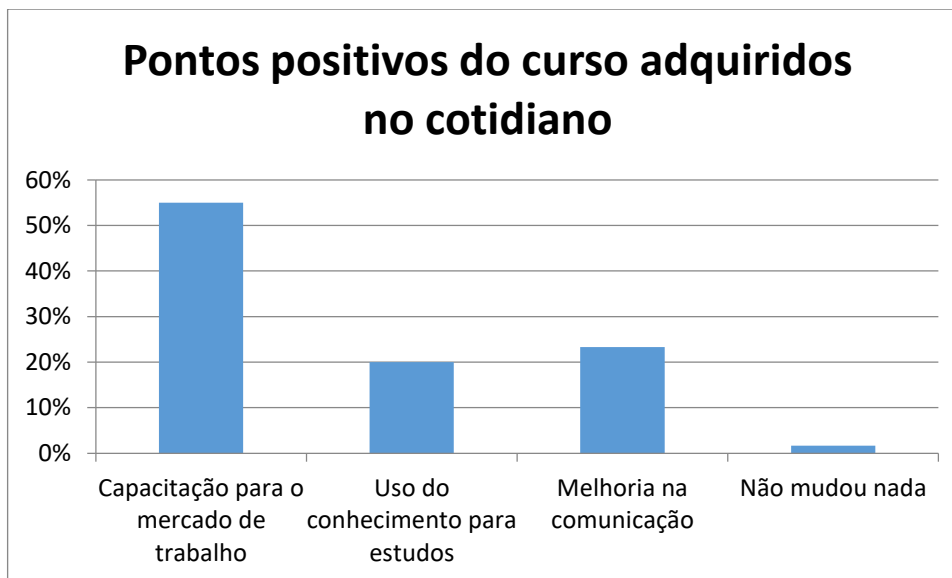
Gráfico 10: Avaliação do processo de aprendizagem no curso.



Fonte: Autor, 2015.

Quando perguntados sobre a opinião dos participantes em relação aos pontos positivos que o curso trouxe para a sua vida hoje, podemos notar do Gráfico 11, que uma parcela considerável de 55%, enxerga no curso a oportunidade de se capacitar para o mercado de trabalho que cada vez mais exige um domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Outro ponto que para 23% foi positivo a melhoria na maneira de comunicação com a sociedade, que se sentiram incluídos em outra realidade da sociedade que são as redes sociais, possibilitando uma interação com um grupo ainda maior de pessoas. A melhoria na maneira de estudar, para 20% foi o ponto mais importante, pois eles usam agora de seus conhecimentos em informática para buscar mais informações em rede, tendo em vista que a Internet é rica em informações para quem busca nela melhorar seus conhecimentos. Apenas 2% não viram mudança alguma após o término do curso.

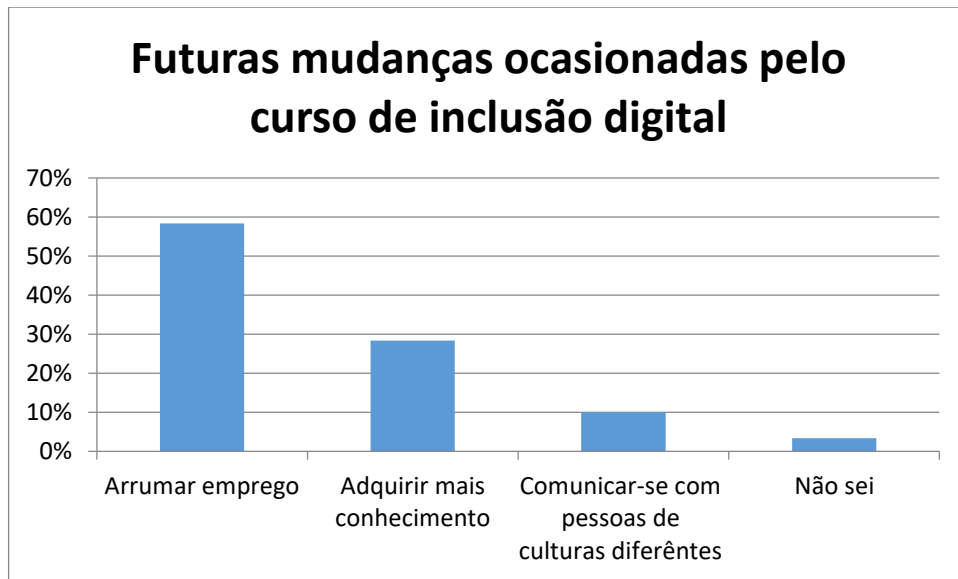
Gráfico 11: Pontos positivos do curso adquiridos no cotidiano.



Fonte: Autor, 2015.

No Gráfico 12 podemos notar a opinião dos alunos em relação a sua inserção na sociedade da Informação. Quando questionados sobre o que poderia mudar para seu futuro o aprendizado adquirido durante o curso de inclusão digital, 58% revelaram que tinham uma boa expectativa em se inserir no mercado de trabalho. Os outros 28% opinaram que buscavam adquirir mais conhecimento, 10% buscam melhorias na sua comunicação com a sociedade e 3% não fazem ideia do que o curso pode trazer de melhoria para o futuro.

Gráfico 12: Futuras mudanças ocasionadas pelo curso de inclusão digital.



Fonte: Autor, 2015.

Outro ponto abordado foi à perspectiva em relação ao mercado de trabalho. O Gráfico 13 mostra a opinião dos participantes quando perguntados quais as suas perspectivas e se o curso influenciou na sua inserção no mercado de trabalho, a grande maioria, cerca de 70% responderam que são ótimas as expectativas, e que o curso influenciou muito. Seguido por 18% que também acham que o curso pode lhes proporcionar uma facilidade em se inserir no mercado de trabalho, e acham que influencia um pouco. Já os 12% restante acham que não muda muita coisa e não possuem nenhuma perspectiva em relação a sua inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 13: Perspectiva em relação ao mercado de trabalho.



Fonte: Autor, 2015.

Por fim, o Gráfico 14 demonstra a opinião dos alunos em relação à melhoria em seus estudos após o término do curso.

Grafico 14: Melhoria em relação aos estudos

Fonte: Autor, 2015.

Segundo afirmativa de 47% dos entrevistados o curso trouxe uma melhoria significativa em relação aos seus estudos, pois o domínio de ferramentas como Calc e Writer os possibilitou uma melhor desenvoltura em suas atividades escolares, sem contar com o domínio das ferramentas de pesquisa na internet, que abre um acervo de informações e conteúdos que jamais eles poderiam ter acesso em sua escola. Seguidos por 32% que também viram melhorias mais não tão significativas, pois não possuem tanto acesso ao computador. Para 17% houve apenas melhoria nas áreas específicas do uso de informática, o caso do Writer e do Calc e 5% deles ficaram estagnados no tempo, e não usam de seus conhecimentos para os estudos, preferem o modelo tradicional que ainda é bastante usado nas escolas devido a uma falta de capacitação dos professores para o uso das tecnologias dentro de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade em que se vive é evidente a importância da inclusão digital, com a utilização dos recursos tecnológicos nas escolas como ferramenta facilitadora do aprendizado, em nosso cotidiano para usufruirmos de serviços e informações que são disponibilizados no meio digital, e em nosso trabalho como ferramenta de auxílio para desenvolver algumas atividades.

Dessa forma, nosso trabalho realizou o estudo e pesquisas com os alunos beneficiados pelo Curso de Inclusão Digital realizado pelo PROEXT 2013 no município de Caraúbas, para tentarmos traçar a realidade em que se encontram esses alunos frente à educação digital. Objetivou-se vários dados importantes com relação à inclusão digital e assim podemos traçar um diagnóstico para determinarmos a real situação em que se encontram os beneficiados pelo curso.

Os programas do Governo brasileiro já beneficiaram vários municípios do país com ações para a promoção da inclusão digital, visando reduzir os altos índices de exclusão digital e permitindo com que alunos de escolas e cidadãos pudessem usufruir da tecnologia em seu dia a dia. No município de Caraúbas o programa que mais beneficiou a população do município antes do PROEXT 2013 tinha sido o PROINFO, tanto na distribuição de equipamentos para escolas, como em ações de formação dos professores da rede pública de ensino.

O trabalho aponta que mesmo sendo beneficiada pelos programas do Governo, Caraúbas ainda mostra um déficit grande em relação ao avanço na inclusão digital. Isso ocorre devido a erros dos projetos que não acontecem apenas em nosso município, como foi visto em todo o país temos referências de falhas na execução dos projetos de inclusão digital, devido ou a falta de manutenção, a falta de treinamento, a descontinuidade do projeto entre outros.

O objetivo do PROEXT 2013 foi não só de capacitar uma parcela da população, mais de também tentar criar uma política pública de inclusão digital no município. Nas escolas o uso de tecnologias em sala de aula é um problema, tendo em vista que os professores não são capacitados e nem procuram se capacitar por falta de estímulo.

Alerta-se também para o problema da incompletude dos programas do Governo, que deveriam fornecer um pacote completo com equipamentos, softwares, conexão a internet e treinamento com uma metodologia apropriada.

Já na parte dos alunos que foram beneficiados de forma direta pelo projeto, os resultados obtidos foram extremamente satisfatórios, pois foi notório com a pesquisa que após a conclusão do curso, os alunos saíram de uma realidade de exclusão para uma de oportunidades.

A pesquisa apontou que, houve uma melhora em relação aos estudos por parte dos alunos que ainda estão no ensino básico, devido às várias ferramentas disponíveis para ajudar na hora de complementar seus estudos extra sala. Com relação aos que já concluíram o ensino básico, esses quem foram os mais beneficiados, tendo em vista que o mercado de trabalho exige deles cada vez mais o domínio das TIC's.

Assim pode-se concluir que o objetivo geral ao qual o projeto almejava foi alcançado, que era mudar a realidade das pessoas que foram beneficiadas com o curso de inclusão digital, mudando a realidade social das mesmas através das oportunidades que surgem ao se inserir na sociedade da informação.

Fica evidente assim, que o presente trabalho foi de extrema importância para minha formação acadêmica, não só pelos novos conhecimentos que proporcionou, mais por ser um tema atual e que sempre despertou interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10 B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio\ago.

Almanaque Abril 2008, 34ª ed. São Paulo: Abril, 2008.

ALMEIDA, Sirleyde Dias de. **Fundamentos teóricos metodológicos da pesquisa**. Mossoró, 1999.

BALBONI, Mariana Reis. **Por detrás da inclusão digital: uma reflexão sobre o consumo ea produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/lvaneide/Downloads/tesedoutorado_MarianaBalboni.pdf>. Acesso: 30 de Dezembro de 2014.

BATISTA, D. P. **Interdisciplinaridade: o discurso e a prática pedagógica em cursos de capacitação tecnológica docente**. 2005 (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo: diretrizes**. Brasília, 1997.

CASTELLS, Manuel; GERHARDT, Klauss Brandini. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso: 14/11/2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 1999. V. 1.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SILVA FILHO, Antonio Mendes. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, p. 5, 2003. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/SILVA%20FILHO%20Os%20tres%20pilares.pdf>>. Acesso: 14 de Novembro de 2014.

DA SILVA FILHO, Antonio Mendes. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, p. 5, 2003. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/SILVA%20FILHO%20Os%20tres%20pilares.pdf>. Acesso em 21 de Janeiro de 2015.

DE LUCA, C. **O que é inclusão digital?** In: Cruz, R. o que as empresas podem fazer pela inclusão digital. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

EXTRA. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicação e Participações S.a., 28 fev. 2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/cgu-denuncia-falhas-em-programa-nacional-de-inclusao-digital-7639668.html>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FELIPPI FILHO, Mario Cesar; FISCHER, Carlos Felipe Fischer. Ponderações introdutórias sobre a importância da ética nas relações de vida em sociedade sob a óptica da filosofia do direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3803, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25954>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

FREIRE, P. ; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 06 de Janeiro de 2015.

Guia das Cidades Digitais. Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/guia.pdf>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LEC. Disponível em: <http://www.lec.ufrgs.br/index.php/Projeto_UCA_-_Um_Computador_por_Aluno>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

LEMONS, André; COSTA, Leonardo Figueiredo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII,n.3,2005/AndreLemos-LeonardoCosta.pdf>>. Acesso: 14 de Novembro de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) **Pesquisa Social: novo método e criatividade** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/gesac>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

MORAN, José Manuel. **Mudanças na comunicação pessoal**. São Paulo: Paulinas, 1998.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. ; BEHRENS, Maria Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000 – (Coleção Papirus Educação)

NERI, Marcelo Cortes et al. Mapa da inclusão digital. **Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas**, 2012. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf. Acesso em 19 de Janeiro de 2014.

PACIEVITCH, Thais. **Inclusão Digital**. Portal InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/inclusao-digital/>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

Portal GESAC. Disponível em: <<http://www.gesac.gov.br>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

PROJETO CIDADE DIGITAL CIDADE ONLINE e Internet para todos. Disponível em: <<http://www.initec.org.br/media/cidadedigitalinitec.pdf>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

ROLAND, Carlos Eduardo de França. **Inclusão digital e desenvolvimento regional: estudo para verificar a contribuição do domínio das tecnologias da informação e da comunicação ao desenvolvimento**. 2010. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/CARlos%20Roland%203.pdf>. Acesso em 06 de Janeiro de 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica (2005)**.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 72, p. 101-117, 2005. Disponível em: <http://www.centroedelstein.org.br/PDF/exclusaodigital_problemasconceituais.pdf>. Acesso em 14 de Janeiro de 2015.

STAROBINAS, Lilian. **Repensando a exclusão digital**. 2011. Disponível em:
<<http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=repensando+a+exclus%C3%A3o+digital&btnG=&lr=>>>. Acesso em 19 de Janeiro de 2014.